



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Dourados-MS, setembro de 2014

- Aprovado pela Deliberação CE-CEPE N° 257, de 23 de setembro de 2014.
- Homologado, sem alteração, pela Resolução CEPE-UEMS N° 1.495, de 30 de outubro de 2014.

1. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A comissão foi constituída pelas seguintes Portarias: UEMS nº. 073/2014 e publicada no Diário Oficial nº 8.731, página 45, em 06 de agosto de 2014 e UEMS nº. 078/2014 publicada no Diário Oficial nº 8.741, página 09 e 10 de 20 de agosto de 2014, sendo formada pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Laércio Alves de Carvalho (Presidente)
Prof. Rogério Turella
Prof. Joaquim Carlos Klein de Alencar
Prof. Dr. André Martins Barbosa
Ten. Cel. PM Massilon Oliveira e Silva e Neto
Major PM Emerson de Almeida Vicente

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública
Proponente:	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Título conferido:	Tecnólogo em Segurança Pública
Turno de Funcionamento:	Integral
Local de oferta:	Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Nova Andradina, Jardim, Corumbá, Três Lagoas, Paranaíba
Número de Vagas:	541 distribuídas da seguinte forma: Campo Grande (75), Dourados (104), Ponta Porã (79), Naviraí (61), Nova Andradina (40), Jardim (52), Corumbá (30), Três Lagoas (60), Paranaíba (40)
Regime de Oferta:	Modular
Modalidade de Oferta	Presencial
Período de Integralização:	Mínimo: 18 meses; Máximo: 24 meses
Carga Horária Total do Curso:	2057 horas
Tipo de Ingresso:	Policiais do Convênio UEMS/Polícia Militar de MS

2.1. Legislação

2.1.1. Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS;

- Constituição Estadual, de 5 de outubro de 1989 – Art. 48, das Disposições Transitórias - Cria a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados.

- Lei Estadual n. 1.461, de 20 de dezembro de 1993 – Autoriza o Poder Executivo

a instituir a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Decreto Estadual n. 7585, de 22 de dezembro de 1993 – Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Parecer n. 008, de 2 de fevereiro de 1994 - Autorização para funcionamento da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Deliberação n. 4.787, de 20 de agosto de 1997 – Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Deliberação CEE/MS n. 9943, de 19 de dezembro de 2012 – recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados-MS, pelo prazo de 6 (seis) anos, a partir de 1/01/2013, a 31/12/ 2018.

- Decreto n. 9.337, de 14 de janeiro de 1999 – Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Resolução COUNI-UEMS n.º 227, de 29 de novembro de 2002 – Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – alterada pela Res. COUNI/UEMS n. 400, de 03/07/2012.

- Lei n. 2.230, de 02 de maio de 2001 – Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Lei n. 2.583, de 23 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Resolução COUNI-UEMS n. 438, de 11 de outubro de 2014 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados – MS, para o período de 2014 a 2018.

2.1.2. Legislação do Conselho Estadual de Mato Grosso do Sul – CEE-MS.

- [Deliberação CEE/MS N. 9000/2009](#) - Dispõe sobre a educação a distância no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

- [Deliberação CEE/MS N. 9042/2009](#) - Estabelece normas para a regulação, a supervisão e a avaliação de instituições de educação superior e de cursos de graduação e sequenciais no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

- [Deliberação CEE/MS N. 9059/2009](#) - Regulamenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 17, e o art. 73 da Deliberação CEE/MS N. 9000, de 6 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a educação a distância no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

- [Deliberação CEE/MS N. 9662/2011](#) - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante nas instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

- [Deliberação CEE/MS N° 9776/2012](#) - Altera dispositivo da Deliberação CEE/MS n.º 9042, de 27 de fevereiro de 2009, que estabelece normas para a educação superior, no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

- [Deliberação CEE/MS N° 9789/2012](#) - Dispõe sobre os instrumentos de avaliação externa de instituições e de cursos de educação superior do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

2.1.3. Atos legais comuns aos cursos da UEMS

- Resolução CEPE-UEMS n. 455, de 6 de outubro de 2004 – Homologa a Deliberação nº 057 da Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que aprova as normas para utilização dos laboratórios da UEMS.

-Resolução CEPE-UEMS n. 867, de 19 de novembro de 2008 – Aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, alterado pela Resolução CEPE-UEMS n. 1.144, de 25 de outubro de 2011 e pela Resolução CEPE-UEMS n. 1.191 de 10 de maio de 2012.

- Resolução CEPE-UEMS n. 245, de 20 de novembro de 2013 – Aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Resolução CEPE-UEMS n. 1.238, de 24 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- Deliberação CE/CEPE-UEMS n. 231, de 25 de abril de 2013 - objetivo geral, ementa, bibliografia básica e complementar da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação ofertados na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

2.1.4. Legislação Federal sobre os cursos Superiores de Tecnologia

- Parecer CNE/CES nº. 436/2001, de 2 de abril de 2001. Orientações sobre Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.

- Parecer CNE/CP nº. 29/2002, de 3 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

- Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

- Portaria nº 10 de 28 de julho de 2006. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

- Resolução Normativa 017/2006/CNPq. Norma específica do Programa de bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBIT.

3. INTRODUÇÃO

3.1- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), criada pela Constituição do estado de Mato Grosso do Sul de 05 de outubro de 1989 e implantada em 1993, recebeu autorização para o funcionamento dos seus cursos de acordo com o Parecer nº 08 do CEE/MS de 09 de fevereiro de 1994. Seu credenciamento como Universidade ocorreu de acordo com a Deliberação nº 4.787 do CEE/MS de 20 de agosto de 1997, permitindo então o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente a UEMS está inserida, por meio de Unidades Universitárias, em 15 municípios no Estado: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã. Caracteriza-se portanto, como uma Universidade voltada para a interiorização do ensino no Estado, com o compromisso de se constituir num espaço permanente de estudos e pesquisas, indispensáveis para o desenvolvimento de ações capazes de interferir nos diversos campos do conhecimento e como agente sistematizador da ciência. Nesse sentido, disponibilizar ensino superior de graduação e pós-graduação, desenvolver a pesquisa e promover a extensão universitária são as metas da Instituição.

3.2. Concepção do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

O presente projeto político-pedagógico apresenta os referenciais orientadores e proposta curricular para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública a ser ofertada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em busca de um novo perfil

profissional e pessoal para os policiais militares, cuja preocupação está na construção de uma experiência de ensino-aprendizagem legitimada por novas práticas que produzam, de fato, novas consciências.

Essa proposta é uma reflexão que tem como ponto de partida a melhoria da política de segurança pública adotada no estado, na qual os processos de aprendizagem passam a ter contornos de relevância com as atividades policiais e as demandas da sociedade moderna, em que a instituição tem o compromisso com o preparo de profissionais voltados à sociedade e ao cidadão, cuja dimensão operacional esteja voltada para as parcerias.

O presente projeto tem como propósito elevar o grau de profissionalismo exigido atualmente na carreira militar, alicerçado no conhecimento mútuo, na troca de experiências e no debate permanente de ideias, fomentando um avanço na formação na PMMS (Polícia Militar de Mato Grosso do Sul). É com este enfoque dado pelo nível tecnológico, que a parceria entre a UEMS e o Centro de Ensino e Formação (CEF) proporcionarão ao Estado, Soldados preparados e cômicos de seus papéis no contexto social.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atenderá demanda específica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, para os candidatos aprovados no edital n. 1/2013 - SAD/SEJUSP/PMMS - Concurso público de provas para ingresso no curso de formação de soldado da Polícia Militar/2013. A Polícia Militar fará a seleção interna, em seguida informará a lista de alunos aptos para o curso, e a UEMS procederá a matrícula no sistema acadêmico da instituição. A oferta será realizada em 9 (nove) Polos, tendo em vista a residência dos alunos e a disponibilidade de infraestrutura da UEMS e da Polícia Militar nas seguintes cidades do Estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Nova Andradina, Jardim, Corumbá, Três Lagoas, Paranaíba.

Nestes municípios as aulas serão realizadas nos Centro de Ensino e Formação da PMMS ou Batalhão da Polícia Militar que possuem salas climatizadas. Quando necessário algumas aulas poderão ocorrer na UEMS e/ou em espaços locados para esta finalidade.

As aulas práticas serão ofertadas em locais definidos pela Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, em decorrência da existência de regulamentações e legislações que especificam o local e normas de segurança necessárias para a realização de tais práticas, pois algumas aulas necessitam de local específico para a oferta, de acordo com as normas de segurança estabelecidas.

Os recursos financeiros necessários para viabilizar a oferta do curso são de responsabilidade da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul estabelecidas em forma de convênio entre a UEMS e a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

4. JUSTIFICATIVAS

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o tecnólogo em Segurança Pública é o profissional que atua nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública, fundamentado nos princípios da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz, em relação às atividades de prevenção e enfrentamento das conflitualidades contemporâneas.

O exercício profissional exige visão sistêmica, identificação das características, necessidades e desafios da sociedade contemporânea, formulação das políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e das relações entre as pessoas. Envolve o domínio de dispositivos administrativos, penais e processuais penais referentes às ações de segurança pública; conhecimentos que possibilitem a compreensão das teorias e abordagens sociopsicológicas; técnicas, tecnologias e estratégias relacionadas às áreas de atuação; habilidades pessoais para lidar com a complexidade das situações, o risco e a incerteza.

Em consonância com o que determina o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2010), o curso, considerando as diversas possibilidades de atuação profissional, enfatiza a segurança e ordem pública.

A proposição do Curso de Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UEMS em parceria com a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, justifica-se pela necessidade de atendimento ao princípio institucional de formação contínua, reconhecendo que o processo educacional precisa acompanhar a realidade e as transformações sócio-culturais do contexto em que se insere, atentando para as principais demandas de formação e capacitação profissional.

Especificamente em se tratando da área da Segurança Pública é indispensável a parceria entre a Universidade e a Polícia Militar, no sentido de preparar o soldado da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul para desempenhar as atribuições da missão constitucional de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, a agirem de forma consciente, crítica, cautelosa e coerente, buscando a defesa da vida e o avanço da sociedade em termos de

segurança e qualidade de vida, com respeito aos direitos humanos e vivência plena da cidadania.

Neste cenário, o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública da UEMS atenderá a demanda regional, de forma a preparar um profissional que seja, não só capaz de entender e analisar as instabilidades socioculturais do estado, mas também idealizar cientificamente mecanismos estruturantes à estabilização da ordem pública.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. Objetivos Gerais

- Qualificar o profissional da área de segurança pública para uma atuação mais efetiva e eficiente em um contexto em que se ampliam as demandas sociais por melhorias.

5.2. Objetivos Específicos

- a) Formar um profissional capaz de atuar com base em princípios jurídicos, humanitários e éticos;
- b) Desenvolver e/ou aperfeiçoar as habilidades técnicas e operacionais inerente às atribuições do profissional da área de segurança pública;
- c) Fornecer uma formação humanística e sociológica (promover a integração entre os agentes de segurança e a comunidade);
- d) compreender o impacto da questão da segurança/insegurança pública sobre realidade socioeconômica brasileira.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional formado no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública atua nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública, fundamentado nos princípios da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz, em relação às atividades de prevenção e enfrentamento dos conflitos contemporâneos. A formação tecnológica em Segurança Pública é inovadora no país e pretende reunir a visão sistêmica do processo de prevenção e controle da violência e criminalidade.

Neste contexto, o profissional deverá ser capaz de:

- compreender seu papel como sujeito social e político no espaço que ocupa na sociedade; e
- refletir e decidir sobre as ações que realiza como agente do Estado e como cidadão comprometido com a segurança das cidades e dos cidadãos;

7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O perfil profissiográfico é uma ferramenta que auxilia no delineamento do potencial do profissional para atender às demandas sociais, bem como possibilita a reflexão sobre as competências profissionais que deverão ser desenvolvidas e exercitadas durante o processo de formação, mediante a vinculação com a organização curricular e, conseqüentemente, com as atividades de aprendizagem.

As competências descritas a seguir, tem como base a Matriz Curricular Nacional formulada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública de São Paulo (SENASP) e foram classificadas em três grandes grupos, tomando como base às dimensões do conhecimento: cognitivas (conhecimentos), operativas (habilidades) e atitudinais (atitudes).

A competência cognitiva tem como referência os conhecimentos sistematizados (fatos, conceitos, princípios, métodos de conhecimento; etc.), em que se requer o desenvolvimento do pensamento superior reflexivo por meio da investigação e da organização do conhecimento. Explicam como o indivíduo constrói e organiza o conhecimento, habilitando-o a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

Já a competência operativa tem as referências nas habilidades e hábitos intelectuais e sensor motores (observar um fato e extrair conclusões; destacar propriedades e relações das coisas; dominar procedimentos para resolver exercícios; escrever e ler; usar adequadamente os sentidos; manipular objetos e instrumentos; etc.), que visa estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo. Capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Por fim a competência atitudinal refere-se às atitudes e valores (por exemplo, perseverança e responsabilidade no estudo; modo científico de resolver problemas humanos; senso crítico frente aos objetos de estudos e à realidade; espírito de camaradagem e solidariedade; convicções; valores humanos e sociais; interesse pelo conhecimento; modos de convivência social; etc.), a qual prevê a aplicação do conhecimento teórico em prática

responsável, refletida e consciente. Atendimento às necessidades individuais, operadores e societárias por meio do trabalho, contribuindo para a melhoria da segurança da sociedade.

Com estas competências espera-se que o soldado Policial Militar esteja capacitado a executar atividades de policiamento comunitário e policiamento ostensivo em diversas modalidades existentes na PMMS; realizar abordagens a pessoas, veículos e edificações; utilizar da força de forma diferenciada; participar de programas sociais na comunidade e contribuir para a prevenção, mediação e resolução de conflitos, proporcionando, desta forma, uma visão sistêmica da segurança pública e conhecimentos jurídicos, técnicos e atitudinais que possibilitará perceber a relação da sua ação com os Direitos Humanos e a promoção da cidadania.

Neste sentido, o profissional deverá desenvolver e demonstrar as seguintes competências em termos de conhecimento, habilidades e atitudes:

- dominar conceitos fundamentais indispensáveis ao exercício profissional de segurança pública, associado à capacidade de assimilação e gerenciamento de novas informações, flexibilizando as ações e adaptando-as às situações vigentes ou emergentes do seu foro de atuação;

- dominar métodos e técnicas de gerenciamento do sistema de segurança pública e de implantação e implementação de programas, numa visão interdisciplinar;

- coordenar e capacitar equipes de recursos humanos que atuam no setor, assim como gerenciar e/ou integrar equipes multidisciplinares para o desenvolvimento de projetos de investigação e prevenção na área;

- atuar nas relações inter e intrapessoais para melhorar as ações da segurança pública;

- desenvolver visão técnica e, ao mesmo tempo, multidisciplinar da segurança pública, que contemple as áreas de direito, criminologia, legislação e outras, bem como empreender ações multidisciplinares de segurança pública que abranjam os campos referidos;

- divulgar e promover a segurança pública eficiente e cidadã;

- adotar visão ética profissional e social na condução da segurança pública;

- usar armas de fogo na segurança e proteção dos membros da sociedade, pautado nos princípios éticos, legais e técnicos.

Para o efetivo desenvolvimento dessas competências e habilidades, o aluno deverá cursar os conteúdos programáticos dos três módulos, bem como desenvolver os Estágios Curriculares, as Atividades Acadêmicas Complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

8. CONCEPÇÃO E COMPOSIÇÃO DA AVALIAÇÃO

8.1. Avaliação do Ensino-Aprendizagem

Os sistemas de avaliação do ensino e da aprendizagem têm como finalidades básicas o pensar, a efetivação e a aplicação de instrumentos avaliativos permanentes, sendo dentro do Curso um mecanismo verificador das ações propostas, com vistas à melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas, para concretização de seu compromisso com o ensino e aprendizagem.

O processo avaliativo considerará os diversos aspectos das múltiplas atividades necessárias à sua realização, procedendo com uma análise do conjunto de pontos relevantes, partindo das prioridades definidas no âmbito Institucional, considerando os objetivos do Curso, vocação, ensino, pesquisa, extensão, corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, acompanhamento sistemático dos resultados, organização e infraestrutura.

A avaliação do ensino-aprendizagem e avaliação do projeto pedagógico deve ser tratada de forma contínua, considerando sua importância na atividade humana e institucional. A avaliação ensino-aprendizagem deve ser vista como parte integrante do processo de formação do aluno, que possibilita o diagnóstico de deficiências e a aferição dos resultados alcançados, considerando as competências e habilidades a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente requeridas. E a avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões, tendo como referências o presente e considerando-se as expectativas futuras.

Toda a produção dos alunos poderá ser considerada para fins de avaliação. Nesta produção se incluem os trabalhos escritos, individuais ou em grupo, as auto-avaliações, avaliações de conteúdo, entre outros registros escritos e práticos desenvolvidos pelos alunos. O interesse, a participação e a frequência em sala de aula e nas atividades práticas serão observados pelos professores. Contudo, tudo isso dependerá das especificidades de cada conteúdo programático e de cada professor, conforme no plano de ensino da disciplina. O Plano de Ensino e os critérios de avaliação serão apresentados no início de cada módulo, de acordo com as normas internas da UEMS.

8.2. Avaliação do Curso

O Curso será avaliado das seguintes formas: em reuniões do Colegiado de Curso; nos Estudos Integrados; e, fazendo um acompanhamento do desempenho profissional dos egressos: estes poderão atualizar seus dados por meio do preenchimento de formulário eletrônico oferecido na página do Curso na Internet.

Além disso, será criado o Comitê Docente Estruturante (CDE) e a Comissão de Avaliação do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, sendo composto por professores, que atuarão de forma a garantir a qualidade do curso, constituindo-se também um ambiente de constante avaliação, conforme normas vigentes.

8.3. Regime de Dependência

A oferta de disciplinas em Regime de dependência Regular (RDR) ou em Regime Especial de Dependência (RED) ficará condicionada à disponibilidade de recursos financeiros.

8.4. Relação entre ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação

A integração entre a Graduação e a Pós-Graduação tem sido uma preocupação das universidades brasileiras. A UEMS buscará a integração da Graduação de Tecnologia em Segurança Pública com as pós-graduações existentes na instituição e grupos de pesquisas voltados para os diversos temas que abrangem o projeto do curso. Além do que um dos princípios gerais enunciados pelo artigo 3º da LDB, é que a Educação Profissional de Nível Tecnológico deverá promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições do trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação.

Nesse Curso, a pesquisa será um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação do Tecnólogo em Segurança Pública, levando-o ao aprimoramento contínuo da capacidade de apreender e de continuar aprendendo, pois os docentes envolvidos poderão observar demandas até então não percebidas no âmbito do curso de graduação a qual pertence. Isso porque, entende-se que a pesquisa é um componente constitutivo tanto da teoria como da prática. A familiaridade com a teoria só pode se dar por meio do conhecimento das pesquisas que lhe dão sustentação. De modo semelhante, a atuação prática possui uma dimensão investigatória e constitui uma forma não de simples reprodução, mas de criação ou, pelo menos, de recriação do conhecimento. A familiaridade com os procedimentos de

investigação e com o processo histórico de produção e disseminação de conhecimentos, apresenta grande relevância na formação dos tecnólogos.

A indissociabilidade entre as atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão é um pressuposto instituído para a formação de profissionais na UEMS, e está presente no regimento geral da Universidade. Para os cursos tecnológicos será necessária a estimulação da “pesquisa aplicada”, tendo em vista apoiar processos educativos que contribuam para a inovação tecnológica.

Para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, o estágio supervisionado, a experiências com as atividades da Polícia Militar e o desafio de formar profissionais que estarão diretamente nas ruas do nosso estado, são formas de se alcançar integração entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Estas atividades devem ser fomentadas e fortalecidas, por meio da sua valorização, para que haja uma efetiva integração da graduação e pós-graduação, de forma que alguns egressos, no futuro, estejam aptos a dar continuidade nas práticas científicas.

9. CONCEPÇÃO E COMPOSIÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é essencial na formação do profissional militar, constituindo-se de atividades práticas que deverão se desenvolver numa sequência de ações, dentro da realidade da polícia militar. Assim, no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o aluno terá a oportunidade de realizar uma ação efetiva com vistas às experiências vistas na teoria e na prática, realizadas durante o seu curso de formação, junto ao campo futuro de trabalho.

9.1. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um componente integrante do Núcleo de Conteúdos Profissionais Essenciais, com carga horária de 50 (cinquenta) horas, e será acompanhado pelos instrutores da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, que encontram-se nas Unidades Policiais Militares dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é parte integrante do currículo do Curso, orientado pelas diretrizes curriculares, sendo oferecido durante o oferecimento das disciplinas, em período pré-estabelecido no cronograma do curso, de acordo com a necessidade de convocação da Polícia Militar para ações específicas da corporação, sendo estas regidas por regulamentação específica aprovadas em colegiado.

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado de acordo com as normas aprovadas no regulamento de estágio do curso.

10. CONCEPÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares do Curso de Tecnologia em Segurança Pública possui caráter obrigatório e caracteriza as atividades de enriquecimento didático, curricular e cultural, com a carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas.

São consideradas Atividades Complementares aquelas atividades desenvolvidas pelo aluno no âmbito ou fora da Universidade, a partir do ano de seu ingresso no Curso.

O cumprimento da carga horária para as Atividades Complementares (AC), pelos alunos, para efeito de integralização do currículo pleno, deve ser prioritariamente, nas seguintes modalidades:

- Participação em atividades acadêmicas (monitoria acadêmica, projetos de ensino, cursos especiais, eventos alunos, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos estudantis, conferências, colóquios, palestras, discussões temáticas, visitas técnicas);
- Participação em atividades científicas (projetos de pesquisa, eventos científicos, projetos de iniciação científica, estágios de iniciação científica);
- Participação em atividades culturais (projetos e/ou atividades de extensão, projetos ou eventos culturais, festivais, exposições).

No caso da participação de alunos em atividades científicas e/ou culturais, promovidas pela UEMS ou por outras instituições públicas serão consideradas como atividades complementares se devidamente reconhecidas pelos respectivos coordenadores e registradas nas Pró-Reitorias competentes. A carga horária das atividades complementares será regulamentada pelo colegiado do curso.

11. CONCEPÇÃO E DEFINIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório para a integralização curricular e será realizado conforme Regulamento Interno aprovado pelo Colegiado de Curso e normas vigentes da UEMS.

A elaboração do TCC poderá ser desenvolvida em grupo na forma de um Relatório Técnico, Boletim Informativo, Notas Científicas, dentre outros, conforme regimento interno da UEMS.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos:

- Despertar ou desenvolver no aluno o interesse pela pesquisa;
- Aprimorar a formação profissional, contribuindo para melhor visão dos problemas da segurança pública em Mato Grosso do Sul, o que possibilitará a utilização de procedimentos no encaminhamento das soluções;
- Abordar tópicos específicos de conhecimentos relativos a atividades de segurança pública.

12. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O módulo é entendido como sendo um conjunto didático pedagógico sistematicamente organizado para o desenvolvimento de competências profissionais significativas. Sua duração dependerá da natureza das competências que se pretendem desenvolver. Um determinado módulo ou conjunto de módulos com terminalidade qualifica e permite ao indivíduo algum tipo de exercício profissional.

A matriz curricular do curso está dividida em módulos organizativos, conforme se segue:

Módulo I – reúne disciplinas inerentes à formação militar do policial e que servem de fundamentos conceituais para a prática profissional, dentro da estrutura hierárquica e disciplinar.

Módulo II – reúne disciplinas que auxiliam a compreensão dos aspectos jurídicos pertinentes às atividades profissionais.

Módulo III – contemplam disciplinas relacionadas à prática profissional do Operador da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, bem como, disciplinas e ações que ocorrem durante o processo de formação.

Vale observar que a avaliação do curso será realizada face às disciplinas que constam nos módulos I, II e III, sendo que algumas disciplinas serão ministradas por docentes da UEMS e da Polícia Militar de MS, e algumas de forma condensada, de acordo com o calendário e disponibilidade do professor.

As disciplinas de Tópicos poderão ser ministradas na modalidade a distância, respeitando o limite de 20% da carga horária total do curso. Os docentes da UEMS não utilizarão estas disciplinas para computar na carga horária mínima exigida dos cursos onde estejam lotados, nem poderão reduzir carga horária para desenvolvimento desta atividade. Para este curso específico as diretrizes curriculares nacionais nº 2 de 15/06/2012, nº 1 de 30/05/2012 e nº 1 de 17/06/2004 serão abordadas dentro dos conteúdos das disciplinas afins.

Tal organização curricular enseja a interdisciplinaridade, evitando-se a segmentação, uma vez que o indivíduo atua integradamente no desempenho profissional. Assim, somente se justifica o desenvolvimento de um dado conteúdo quando este contribui diretamente para o desenvolvimento de uma competência profissional.

A organização curricular foi definida partindo do pressuposto de que um curso de Graduação Tecnológica deve ser estruturado em função: a) das necessidades oriundas do mundo do trabalho; b) das competências e habilidades a serem adquiridas; e c) da necessidade de capacitar o aluno de modo que o mesmo adquira competências e habilidades que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e no desenvolvimento de uma atitude voltada para a prática do policial militar.

As Disciplinas que compõem a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública estão mencionadas no quadro seguinte, conforme os módulos temáticos. A disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) será optativa, sendo oferecida de acordo com a demanda.

12.1 Quadro de Oferecimento dos Módulos e Disciplinas

Quadro 1. Disciplinas que serão ofertadas no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública do Módulo I.

MÓDULO I				
	Disciplina	Carga Horária Total Hora/aula	Teórica	Prática
01	Psicologia e Saúde Mental	34	34	
02	Regulamento Disciplinar Escolar	34	34	
03	Abordagem Sócio Psicológica da Violência e do Crime	34	34	
04	Defesa Pessoal Policial I	34	14	20
05	Direito Penal I	34	34	
06	Introdução ao Estudo do Direito	34	34	
07	Direito Constitucional I	34	34	
08	Direito Administrativo I	34	34	
09	Direitos Humanos, Ética e Cidadania	34	34	
10	Legislação Policial Militar	34	34	
11	Ordem Unida I	34	14	20
12	Educação Física Militar I	34	14	20
13	Sistema de Segurança Pública no Brasil	34	34	
14	Técnicas de Polícia Ostensiva I	34	14	20
15	Armamento e Munição	34	14	20
16	Tópicos Especiais I	68	68	

MÓDULO I				
	Disciplina	Carga Horária Total Hora/aula	Teórica	Prática
17	Tópicos Especiais II	68	68	
18	Tópicos Especiais III	68	68	
Total Carga Horária		714	614	100

Quadro 2. Disciplinas que serão ofertadas no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública do Módulo II.

MÓDULO II				
	Disciplina	Carga Horária Total Hora/aula	Teórica	Prática
01	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	34	34	
02	Defesa Pessoal Policial II	34		34
03	Relações de Gênero e Combate à Homofobia	34	34	
04	Redação Técnica e Procedimentos Administrativos	34	34	
05	Direito Penal II	34	34	
06	Direito Processual Penal	34	34	
07	Policiamento e Fiscalização de Trânsito Urbano e Rodoviário	34	24	10
08	Ordem Unida II	34	34	
09	Educação Física Militar II	34		34
10	Técnica de Polícia Ostensiva II	34	14	20
11	Tiro Policial I	34	14	20
12	Uso Diferenciado da Força	34	14	20
13	Comunicação e Tecnologia da Informação	34	24	10
14	Metodologia da Produção Acadêmica e Científica	34	34	
15	Prevenção à Tortura e Violência Policial	34	34	
16	Percepção de Fronteira como Metodologia para a Atuação Policial Militar	34	34	
17	Tópicos Especiais IV	68	68	
18	Tópicos Especiais V	68	68	
18	Tópicos Especiais VI	68	68	
Total Carga Horária		748	600	148

Quadro 3. Disciplinas que serão ofertadas no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública do Módulo III.

MÓDULO III				
	Disciplina	Carga Horária Total Hora/aula	Teórica	Prática
01	Leis Penais Extravagantes	34	34	
02	Atendimento Pré Hospitalar	34	14	20
03	Legislação Ambiental	34	34	
04	Direito Penal Militar e Processual Penal Militar	34	34	
05	Inteligência de Segurança Pública	34	34	
06	Técnica de Polícia Ostensiva III	68	24	44
07	Policciamento Orientado para o Problema	34	34	
08	Educação Física Militar III	34		34
09	Tiro Policial II	34		34
10	Primeiro Interventor	68	34	34
11	Criminologia	34	34	
12	Promotor de Polícia Comunitária	51	34	17
13	Políticas em Segurança Pública	34	34	
14	Tópicos Especiais VII	34	34	
15	Tópicos Especiais VIII	34	34	
Total Carga Horária		595	412	183

Quadro 4. Resumo da carga horária total do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.

Disciplinas/Atividades	Carga horária	
	Horas/aula	Horas/relógio
Carga horária Disciplinas	2057	1714
Atividades Complementares		50
Estágio Curricular Supervisionado		50
Trabalho de Conclusão de Curso		50
Disciplina optativa Língua Brasileira de Sinais (Libras)*	68	56
Carga horária total do Curso sem a disciplina optativa	2057	1864
Carga horária total do Curso com a disciplina optativa	2125	1920

*O aluno que cursar a disciplina optativa Língua Brasileira de Sinais (Libras) terá como carga 2125 em hora/aula em disciplinas, totalizando 1920 horas de curso.

13. Objetivos e Ementas das Disciplinas

DISCIPLINAS DO MÓDULO I

PSICOLOGIA E SAÚDE MENTAL	34 horas-aula
----------------------------------	---------------

Ementa:

Aspectos conceituais: Conceitos e componentes da saúde mental; Saúde mental e trabalho em segurança pública; Fatores de risco e proteção da saúde mental do profissional de segurança pública; Prevenção e promoção da saúde do profissional de segurança pública; As emoções como mediadoras no trabalho policial militar; Resiliência como instrumento para enfrentamento das adversidades inerentes à dinâmica do trabalho policial militar. Desenvolvendo técnicas de saúde mental: Técnicas de prevenção e gerenciamento do estresse profissional e de outras doenças relacionadas à atividade profissional em segurança pública; Exercícios (vivenciar e expressar as emoções de forma assertiva no trabalho policial militar); Técnicas para desenvolver o potencial de resiliência.

Objetivos:

- a) Conceituar saúde mental realçando sua relação com a saúde física e a integração de seus aspectos mentais e emocionais.
- b) Analisar a relação entre a saúde mental e trabalho.
- c) Identificar fatores de risco e proteção da saúde mental do profissional em segurança pública.
- d) Utilizar técnicas de prevenção de doenças relacionadas ao desempenho da atividade profissional em segurança pública.
- e) Desenvolver a capacidade de vivenciar e expressar as emoções de forma assertiva.
- f) Estimular o desenvolvimento da resiliência no enfrentamento das adversidades inerentes à dinâmica do trabalho policial militar.

Bibliografia Básica:

- BERAQUET, M. I. G. et al. **Resiliência e Trabalho** in: Série saúde mental e trabalho, IV/MAGALHÃES, L. A. & GRUBITS, S. (orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde**. Revista Brasileira de saúde ocupacional. 54(14), p. 7-11, abr/jun 1986.
- KARAM, H. **O sujeito entre a alcoolização e a cidadania**: perspectiva clínica do trabalho. R. Psiquiatr. RS, 25'(3): 468-474, set./dez. 2003.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. & CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. & VASCONCELLOS, R.C.O. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental os policiais civis e militares do Rio de Janeiro**. Ciência & Saúde Coletiva, 16(4): 2199-2209, 2011.

Bibliografia Complementar:

- LIPP, MN. **Relatório gerencial sobre níveis de stress, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais**. Polícia Militar do Tocantins. 2010.
- SOUZA, E. R.; SCHENKER, M.; CONSTANTINO, P. e CORREIA, B. S. C. **Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2013, vol.18, n.3, pp. 667-676. ISSN 1413-8123

Ementa:

Regulamento Disciplinar da PMMS: Das generalidades; dos princípios gerais da hierarquia e da disciplina; Da esfera da ação do regulamento disciplinar e competência para a sua aplicação; Da especificação das transgressões; Do julgamento das transgressões; Classificação das transgressões; Da gradação e execução das punições; Das normas para aplicação e cumprimento das punições; Da modificação na aplicação das punições; Da classificação, reclassificação e melhoria do comportamento; Da apresentação de recursos; Do cancelamento de punições; Das recompensas; e Relação de transgressão. Regimento Interno do CFAP: Da organização administrativa e técnica; Do acompanhamento do aluno, classificação e reclassificação; Do corpo de alunos; Das transgressões escolares; Do serviço interno; Do procedimento em locais diversos; e Da organização do aluno.

Objetivos:

- a) Propiciar o conhecimento das normas escolares para a frequência no curso e do sistema regulador disciplinar da PMMS,
- b) Portar-se dignamente e de acordo com os preceitos disciplinares que regem a PMMS.
- c) Internalizar os princípios éticos preconizados nos códigos e regulamentos legais de forma a demonstrar conhecê-los plenamente com suas atitudes diárias.
- d) Ser capaz de instruir o cidadão civil a respeito dos valores do civismo, do denodo e das regras de boa convivência a qualquer momento e em todas as circunstâncias.
- e) Estar pronto para intervir em qualquer situação de transgressão dos preceitos éticos e/ou disciplinares que regem a corporação no sentido de preservar o decoro da classe e manter o bom nome da instituição.

Bibliografia Básica:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 1.260, de 2 de outubro de 1981. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 1981.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Portaria nº 08/2008- CFAP, 18 de junho de 2008. Instituir o Regimento Interno do CFAP. Campo Grande – MS, 2008.

Ementa:

Introdução ao Estudo da Sociologia da Violência e Criminalidade. Tipos de Violência: O crime como problema social e suas raízes históricas; O crime como problema sociológico: modelos teóricos; A condição humana e seu componente de agressividade; Comportamentos psicopatológicos; e Violência, criminalidade e o papel da mídia.

Objetivos:

Compreender o fenômeno da violência e do crime a partir de uma prévia visão do homem e da sociedade, vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade, discutindo as variáveis e os pressupostos dos diferentes modelos teóricos que abordam a violência e os eventos do crime, bem como as formas de intervenção nas ações de Segurança Pública para que possa o profissional de segurança pública refletir sobre os fatores

e situações inerentes à violência e à criminalidade, de acordo com o espaço público de sua atuação.

Bibliografia Básica:

AMADOR, F. S. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2002.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC a irmandade do crime**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FERRACUTI, Franco; WOLFGANG, M. E. **O Comportamento agressivo violento como fenômeno sociopsicológico**. In: FERRACUTI, Franco. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SARAIVA, Railda. **Poder, violência e criminalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

WIEVIORKA, M. **O novo paradigma da violência**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1997.

Bibliografia Complementar:

AMERICAS WATCH, 1993. **Violência policial urbana no Brasil: mortes e tortura pela polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, 1987-1992**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/ Universidade de São Paulo. Relatório de Pesquisa.

ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ATHAYDE, Celso; BILL, M. W.; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão, causas e alternativas**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça/Senasp. **Guia para a prevenção do crime e da violência**. Brasília: Senasp. 2005.

DEFESA PESSOAL POLICIAL I	34 horas-aula
----------------------------------	---------------

Ementa:

Introdução à defesa pessoal policial: Aspectos teóricos da defesa pessoal; Quadro comparativo entre alguns tipos de lutas; Fatores que influenciam na aplicação de um golpe; Pontos vitais do corpo humano; Conceitos de defesa pessoal; e A defesa pessoal e o Direito. Técnicas de defesa pessoal: Técnicas de solo (Rolamentos e Quedas); Técnicas de defesa e ataque; Técnicas de defesa contra "agarres" e chaves; Técnicas de defesa contra agressões desarmadas; e Técnicas de defesa contra agressões armadas.

Objetivos:

- a) Desenvolver a capacidade de se defender em situações que tenha sua integridade física ameaçada.
- b) Aumentar a autoconfiança e o autocontrole para desenvolver a atividade profissional de forma eficiente.
- c) Ser capaz de garantir a segurança própria e de terceiros sem empregar a força letal e fazendo uso de força proporcional a fazer cessar injusta agressão.
- d) Conhecer o funcionamento e os pontos vitais do corpo humano.
- e) Manter em perfeitas condições a saúde corporal, através da contínua prática de atividades físicas e do cuidado com o corpo.

Bibliografia Básica:

CORREIA FILHO, Albano Augusto Pinto. **Manual de ataque e defesa**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, 1996.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 060-EME, de 23 de agosto de 2002. Aprova o Manual de Campanha C 20-50 - **Treinamento Físico Militar** – Lutas. 3ª Edição. Brasília: 2002.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Paulo Roberto de Albuquerque. **Defesa pessoal e cidadania: uma agregação à luz dos direitos**. Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: 2006.

DIREITO PENAL I	34 horas-aula
------------------------	---------------

Ementa:

Teoria Geral do Crime e da Pena. Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154-B).

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais e doutrinários sobre o Direito Penal, compreendendo a teoria geral do Direito Penal e parte especial que trata sobre crimes contra a pessoa, que se faz necessário para o exercício da atividade policial militar, durante o desempenho das atividades que envolvem a preservação da ordem pública.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, que instituiu o **Código Penal**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 12/04/2014.

CAPEZ, FERNANDO. **Curso de Direito Penal** - Parte Especial - Vol. 2 - 13ª Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Impetus: 2013.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva: 2012.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzini. **Direito Penal Aplicado** - Parte Especial do Código Penal (arts. 121 A 361). 5ª edição. Saraiva: 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**. Vol. 1 – Parte Geral. 34ª ed. São Paulo: Saraiva 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**. Vol. 2 – Parte Especial. 33ª ed. São Paulo: Saraiva 2013.

MIRABETE, Júlio Fabbrine; FABRINNE, Renato N. **Manual de Direito Penal**: Parte Geral – Arts. 1º a 120 – v. I 29ª Edição. São Paulo. Atlas: 2013.

_____. **Manual de Direito Penal**: Parte Especial – Arts. 121 a 234 – v. II 29ª Edição. São Paulo. Atlas: 2013.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Código Penal Comentado**. 10ª ed. São Paulo: RT, 2013.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	34 horas-aula
--	---------------

Ementa:

O Direito: Conceitos, definições e características. A norma jurídica: estrutura, características e classificação. Fontes do Direito. Direito como fenômeno social. Direito positivo e direito natural. Direito objetivo e direito subjetivo. Os Ramos do Direito: público e privado. Direito e

Moral. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: conhecimento, revogação e lacunas da lei, características e princípios da Lei. Classificações da Lei quanto à hierarquia e natureza. Fases de formação da Lei. Vigência e cessação da vigência da Lei. Irretroatividade e ultratividade da Lei. Eficácia da Lei no espaço. Estrutura da Lei. Organização Judiciária: Órgãos do Poder Judiciário e suas competências.

Objetivos:

- a) Compreender o Direito como um sistema normativo-social e desenvolver no aluno as competências básicas para a compreensão dos principais conceitos pertinentes ao tema da normatização da vida social, tendo por ênfase a noção de norma jurídica.
- b) Analisar as funções sociais do Direito, sua interpretação e aplicação.
- c) Compreender o fenômeno jurídico como formas de expressão normativa, social, cultural e histórica de uma sociedade.
- d) Proporcionar aos alunos ao final do módulo, condições para que estes possam analisar, criticar e polemizar as questões fundamentais da ciência do Direito.
- e) Despertar a consciência crítica na abordagem do direito contemporâneo de modo a que os alunos possam analisá-lo de uma maneira condizente com a realidade brasileira, sobretudo na atuação como policial junto à sociedade.

Bibliografia Básica:

Diniz, Maria Helena. **Compêndio de introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MONTORO, Andre Franco. **Introdução À Ciência do Direito** - 28ª Ed. RT. 2009.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar:

FERRAZ Jr, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. Técnica, decisão, dominação. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 28ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2007.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. 9ª Ed. São Paulo: SARAIVA .2008.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de Direito Processual Civil**. Vol. 1, 25ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Primeiras linhas. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2007.

DIREITO CONSTITUCIONAL I	34 horas-aula
---------------------------------	---------------

Ementa:

Conceitos básicos de Direito Constitucional. Formação Constitucional do Brasil. Conceito e classificação das Constituições. Princípios fundamentais da CF/88 (arts. 1º a 4º, CF/88). Direitos e garantias fundamentais (arts. 5º a 16, CF/88): Os direitos e deveres individuais e coletivos; Os direitos sociais; Nacionalidade; e Direitos políticos. Intervenção Federal (arts. 34 a 36, CF/88); Organização dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário): Competências e Prerrogativas funcionais. Funções Essenciais à Justiça (arts. 127 a 135, CF/88). Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (arts. 136 a 144): Estado de Defesa; Estado de Sítio; As Forças Armadas; Segurança Pública.

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados às atividades policiais militares na área de Direito Constitucional, adquirindo competências essenciais ao exercício da atividade policial militar.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 12/04/2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

FIÚZA, Ricardo Arnaldo Malheiro. **Direito constitucional comparado**. 5ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

HORTA, Raul Machado. **Direito constitucional**. 5ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional Esquemático**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO ADMINISTRATIVO I	34 horas-aula
---------------------------------	---------------

Ementa:

Fontes, princípios, conceitos fundamentais e fundamentos constitucionais do Direito Administrativo no Brasil. Administração Pública: Estrutura organizacional e regime político-administrativo. A Administração Pública (arts. 37 a 38, CF/88). Servidores Públicos (arts. 39 a 41, CF/88). Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42, CF/88). Os Poderes e Deveres do Administrador Público: Poder e dever de agir; Dever de Eficiência; Dever de Probidade; Dever de Prestar Contas; Uso e abuso de poder; Excesso de poder; e Desvio de Finalidade; Omissão da Administração. Os Poderes Administrativos: Poder vinculado; Poder Discricionário; Poder Hierárquico; Poder Disciplinar; Poder Regulamentar; e Poder de Polícia. Responsabilidade do Estado. Atos administrativos: Conceito; características; classificação; requisitos; invalidade; atos nulos; e anuláveis. Noções de Licitação e Contratos Administrativos: Conceito; espécies; controle; e fiscalização.

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados às atividades policiais militares na área de Direito Administrativo, adquirindo competências essenciais ao exercício da atividade policial militar.

Bibliografia Básica:

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 39ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 30ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo Paulo Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 26ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 8ª Edição. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 17ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Curso prático de direito administrativo**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIDADANIA	34 horas-aula
--	---------------

Ementa:

Introdução a Direitos Humanos: Abordagens histórico-culturais, observando os direitos humanos nas atividades exercidas (sensibilização para a percepção do ser humano como titular de direitos e buscar uma reflexão sobre o servir e proteger em se tratando da Defesa Social, como responsabilidade social para a reorientação da sua práxis). História social e conceitual dos Direitos Humanos e fundamentos históricos e filosóficos; e desmistificação dos Direitos Humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões Ético-Filosófica, Histórica, Jurídica, Cultural, Econômica, Psicológica e Político-Institucional dos Direitos Humanos na ação do profissional da área de Segurança Pública. Contextualização: A ação do profissional de Segurança Pública nos mecanismos de proteção Internacionais e Nacionais dos Direitos Humanos; Fontes, sistemas e normas de Direitos Humanos na Aplicação da Lei: Sistema Universal (ONU), Sistemas Regionais de Direitos Humanos. O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (OEA); Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política; Programa Nacional de Direitos Humanos, a Segurança Pública e o Sistema Nacional de Direitos Humanos; Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais.

Objetivos:

- a) Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos Direitos Humanos, construindo a partir da vivência pessoal, uma elaboração conceitual pluridisciplinar dos Direitos Humanos para que possa analisar de modo crítico a relação entre a proteção dos Direitos Humanos e a ação do profissional de Segurança Pública.
- b) Demonstrar a relação entre a cidadania do profissional da área de Segurança Pública e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional, interagindo com os diversos atores sociais e institucionais que atuam na proteção e defesa dos Direitos Humanos.
- c) Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional da Segurança Pública para que auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais, reconhecendo a visibilidade moral e a importância de uma postura político-pedagógica que a atuação do profissional de Segurança Pública requer ao antagonizar as atividades ilícitas e criminais.

Bibliografia Básica:

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

_____. **Polícia e Direitos Humanos**: do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

JESUS, José Lauri Bueno. **Polícia Militar e Direitos Humanos**: Segurança Pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2004.

KIPPER, Délio José (Org.) **Ética e prática: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ROBLES, G. **Os Direitos fundamentais e a ética na sociedade atual**. São Paulo: Manole, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e não-violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos fundamentais na Constituição de 1988**: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BULGARELLI, Reinaldo. **Diversos somos todos**: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações. (s.l.): Cultura, 2008.

CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. **Polícia e estado de direito na América Latina**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

_____. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy S. **Direitos Humanos**: referencial prático para docentes do ensino policial. 2. ed. Brasília: CICV, 2005.

LEGISLAÇÃO POLICIAL-MILITAR	34 horas-aula
------------------------------------	---------------

Ementa:

Lei Complementar nº 190/14. Lei Complementar nº 053/90. Decreto nº 10.769/02.

Objetivos:

- Identificar a competência de cada um dos órgãos que compõem a estrutura organizacional da PMMS.
- Exercer plenamente seus direitos e deveres enquanto policial militar.
- Ter consciência do seu papel no contexto da corporação e fora dela, portando-se como cidadão exemplar e, sobretudo, como policial militar que internaliza e cumpre fielmente os preceitos inerentes ao exercício da profissão.

Bibliografia Básica:

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 10.769 de 09 de maio de 2002 que dispõe sobre a regulamentação de promoções de praças das Corporações Militares do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <<http://www.pm.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=4855&template=21>>. Acesso em 13/04/2014.

_____. Lei Complementar nº 053 de 03 de agosto de 1990 que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares de Mato Grosso do Sul. Disponível em <<http://www.pm.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=4560&template=21>>. Acesso em 13/04/2014.

_____. Lei Complementar nº 190 de 04 de abril de 2014 que dispõe sobre a organização, a composição e o funcionamento da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Disponível em <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/d050c29b6af11be304257cb70065cfd?OpenDocument>>. Acesso em 13/04/2014.

ORDEM UNIDA I	34 horas-aula
----------------------	---------------

Ementa:

Introdução: Conceito e Objetivos da Ordem Unida; Formações; Comandos e Meios de comando; Voz de comando; Comandos por gestos; Emprego da corneta e apito; e Execução dos comandos. Instrução individual sem arma: Posições; Em forma e fora de forma; Cobrir e perfilar; Olhar a direita (esquerda); Passos; Marchas; Deslocamentos curtos; Voltas a pé firme e em marcha; Voltas volver (direita, esquerda, meia volta e oitava direita/esquerda); e Frente para direita/esquerda/retaguarda. Instrução Coletiva: Formações; Deslocamentos e mudança de direção; Continência em marcha; e Toques de corneta. Regulamento interno de serviços gerais: Do boletim interno; Trabalhos diários; Escala de serviço; Dos serviços internos; Da guarda do Quartel; Dos Soldados da guarda; Das sentinelas; Substituição das sentinelas; Dos plantões; Das Formaturas; Das Revistas; Das Visitas e Inspeções; Dos Símbolos Nacionais; Datas Nacionais; Das Situações Extraordinárias da tropa; Sobreaviso; e Prontidão. Regulamento de Continências: Dos sinais de respeito e da continência; Do procedimento normal; Do procedimento em outras situações; Das prescrições diversas; Da apresentação; Da continência da tropa a pé firme; Da continência da guarda; Da continência da sentinela; Da Bandeira Nacional – generalidades e culto em solenidades.

Objetivos:

- a) Desempenhar movimentos militares que demonstrem a destreza e a disciplina caracterizando a firme disposição para o cumprimento de ordem e a voluntariedade no cumprimento no dever.
- b) Desenvolver a capacidade de controle psicomotor diante de situações de estresse físico e mental.
- c) Conhecer os regulamentos sobre serviços internos e de continências.
- d) Aumentar o espírito de corpo e a capacidade de cooperação, desenvolvendo o reflexo e o sentimento de coesão.

Bibliografia Básica:

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 079, de 13 de julho de 2000. Aprova o Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida. Estado Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2000.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1). Estado Maior do Exército. Brasília – DF, 2003.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997. Aprova o Regulamento de Continências (r-2). Estado Maior do Exército. Brasília - DF, 1997.

EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR I	34 horas-aula
----------------------------------	---------------

Ementa:

Educação física militar. Valor do condicionamento físico e sua importância. Bases da educação física militar. Processo de avaliação. Teste de avaliação física (TAF inicial).

Aquecimento, ginástica com exercícios de efeitos localizados e corrida. Volta à calma com exercícios de alongamento. *Circuit Training*. Volta à calma com exercícios de alongamento.

Objetivos:

- a) Reconhecer a importância da educação física para a atividade policial militar; cientificar o processo de avaliação empregada.
- b) Verificar a capacidade física do aluno no início do curso.
- c) Obter resistência aeróbica; aumentara capacidade cardiorrespiratória; melhorar o desempenho profissional.
- d) Realizar uma série de exercícios com esforço de grupos musculares alternados; obter resistência anaeróbica e aeróbica; resistir à fadiga.

Bibliografia Básica:

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 089, de 07 de novembro de 2002. Aprova o Manual de Campanha C 22-20 – Treinamento Físico Militar. Estado Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2002.

POLLOCK, M.L.; WILMORE, J.H. **Exercícios na saúde e na doença:** avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. 2. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

SILVA, O. J.; SILVA, T. J. C. **Exercício e saúde: fatos e mitos.** Florianópolis: UFSC, 1995.

Bibliografia Complementar:

COOPER, K. H. **Programa aeróbico para o bem estar total.** 3. ed. Rio de Janeiro: Melory, 1990.

DANTAS, H.M.E. **Flexibilidade:** alongamento e flexionamento. Rio de Janeiro: Shape, 1989.

FACÓ, J. **Princípios e métodos de instrução a defesa nacional.** Rio de Janeiro, v.12, nº 139, p. 188, jul/ago, 1952.

GETTMAN, L.R. **Teste de aptidão física.** In: BLAIR, S.N., PAINTER, P., PATE, R.R., et al. (Coord.). Prova de esforço e prescrição de exercício. Rio de Janeiro: Revinter, 1984. p. 156-165.

GOLDING, L.A.; MEYERS, C.R., SKINNING, W.E. **Y's way to physical fitness:** the complete guide to fitness testing and instructions. 3. ed. Champaign: Humam Kinetics, 1989.

MATHEWS, D.K. **Medidas de avaliação em educação física.** 5. ed. Interamericana, Rio de Janeiro: 1980.

SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

34 horas-aula

Ementa:

Antecedentes Históricos e Culturais: Abordagem histórica e cultural das instituições de Segurança Pública no mundo e no Brasil; Modelos de Segurança Pública; Funções de preservação do Estado Democrático de Direito; Segurança Pública como profissão; Planos de Segurança Pública; e Estrutura organizacional e funcional da Segurança Pública. Conceitos Básicos: Abordagem sistêmica; Atribuições das instituições de Segurança Pública; Controle democrático interno e externo das instituições de Segurança Pública; Conceitos de território, região e área de abrangência de outras instituições; e Relação entre o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal.

Objetivos:

- a) Compreender a visão sistêmica da Segurança Pública, as instituições, os profissionais e as políticas e ações voltadas para a sociedade e o cidadão, mediante o estudo dos seus antecedentes históricos e da análise de cenários e perspectivas.
- b) Mapear, analisar e opinar sobre as políticas públicas e o planejamento na área de Segurança Pública.
- c) Reconhecer a importância da formulação de políticas públicas e da elaboração de planejamento na área de Segurança Pública.

Bibliografia Básica:

BAYLEY, David H. **Criando uma teoria de policiamento:** padrões de policiamento. Coleção Polícia e Sociedade 1. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. **Padrões de policiamento:** uma análise internacionalmente comparativa. São Paulo: EDUSP, 2001.

ROCHA, Luiz Carlos. **Organização policial brasileira:** Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Cíveis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais. São Paulo: Saraiva, 1991.

Bibliografia Complementar:

_____. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Daniel Chaves; WILSON J. Barp (Orgs.) **Reflexões sobre políticas de segurança pública.** Belém: Editora Universitária UFPA, 2005.

_____. **O Futuro de uma ilusão:** o sonho de uma nova polícia. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MONJARDET, Dominique. O que faz a polícia: Sociologia da força pública. **Série Polícia e Sociedade**, n. 10. São Paulo: EDUSP, 2003.

MONKKONEN, Eric H. História da polícia urbana. In: TONRY Michael; MORRIS, Norval (Orgs.). Policiamento moderno. Tradução de Jacy Cárdua Ghirotti. São Paulo: Edusp, 2003. **Série Polícia e Sociedade**, n. 7. (Org) Nancy Cárdua.

SILVA, Jorge da. Militarização da segurança pública e a reforma da polícia: um depoimento. **Ensaio Jurídico: O Direito em Revista**, Rio de Janeiro: IBAJ, 1996.

_____. **O controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional.** Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

TÉCNICAS DE POLÍCIA OSTENSIVA I	34 horas-aula
--	---------------

Ementa:

Fundamentos doutrinários: Doutrina de Polícia Ostensiva; Policiamento Ostensivo Geral; Modalidades de Policiamento; e Operações de Policiamento. Policiamentos específicos: Estabelecimentos Prisionais; Eventos e Praças Desportivas; Controle de Distúrbios Cíveis; Policiamento Ambiental; e Escoltas e segurança de dignitários. Preservação e valorização da prova: Local de crime; Acidentes de trânsito; Eventos naturais; e Outros. Procedimentos especiais: Ocorrências envolvendo autoridades; Ocorrências envolvendo gestantes ou enfermos; Ocorrências envolvendo integrantes de outras forças; e Outros. Atuação policial frente a grupos vulneráveis e minorias: Mulheres; Crianças e adolescentes; Preconceito de raça ou cor; Pessoa com deficiência; Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; Pessoa idosa; e Pessoa em situação de rua.

Objetivos:

- a) Atuar nas diversas modalidades de policiamento ostensivo com autonomia para discernir as medidas imediatas necessárias à prevenção e/ou restauração da ordem e da segurança.
- b) Atuar corretamente diante dos grupos vulneráveis e minorias.
- c) Adotar as medidas legais e éticas pertinentes a ocorrências envolvendo autoridades, gestantes, integrantes de outras forças ou instituições públicas e situações extraordinárias em geral.
- d) Dominar plenamente os procedimentos e técnicas imprescindíveis à preservação e à valorização da prova em locais de ocorrência policial.

Bibliografia Básica:

- BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. São Paulo: EDUSP, 2002.
- ESPÍNDULA, Alberi. **Local de Crime**: Isolamento e Preservação, Exames Periciais e Investigação Criminal. 2ª ed. Brasília: 2003.
- SÃO PAULO. Polícia Militar. **Controle de distúrbios civis**. Apostila Curso Controle de Distúrbios Civis. 3º BPCHQ. São Paulo: PMESP, 1998;
- _____. Polícia Militar. **Manual de Controle de Distúrbios Civis da Polícia Militar de São Paulo**: (M-8-PM). São Paulo: PMESP, 1997.
- _____. Polícia Militar. **Manual de policiamento em praças desportivas** (M-10-PM). São Paulo: PMESP, 1997.
- _____. Polícia Militar. **Manual de policiamento ostensivo** (M-14-PM). PMESP, 1994
- _____. Polícia Militar. **Policiamento em eventos**. Apostila Curso Policiamento em Eventos. 2º BPCHQ. São Paulo: PMESP, 1998.

Bibliografia Complementar:

- BOAS, Aurélio Vila. **Manual de policiamento florestal**. Cuiabá: DEIP/MT, 2002.
- BRASÍLIA. Secretária Nacional de segurança Pública. **Manual de curso de operações táticas especiais**. Brasília: SENASP, 2003.
- DORECKI, André Cristiano. **Manual de controle de distúrbios civis**. Curitiba: AVM, 2000.
- FREITAS, Gilberto Passos de & FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes contra a Natureza**: de Acordo com a Lei 9.605/1998. 8ª Ed. São Paulo: RT, 2006.
- LAUREANO. **Táticas e técnicas policiais militares**. Goiânia: Grafset, 1999.
- MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Apostila de segurança física de instalações e dignitários**. PMMG, 1995
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Inspecção-Geral das Polícias Militares. **Manual básico de policiamento ostensivo**. Porto Alegre, 1999.
- ROSSETE, Aleana Carrijo. **Manual de Preservação de Local de Crime**. vol. 11. Rio de Janeiro, 2008.
- SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade**. Cartilha. Brasília: SENASP/MJ, 2010.

ARMAMENTO E MUNIÇÃO

34 horas-aula

Ementa:

Histórico, classificação e características das armas de fogo; Do surgimento da pólvora às moderníssimas armas de automáticas; Principais características das armas de fogo e sua classificação. Manutenção e cuidados com o armamento: Acondicionamento; Transporte;

Manuseio; e Regras de segurança. As armas utilizadas pela PMMS: Apresentação e aplicabilidade; Desmontagem em primeiro escalão – identificação das peças principais; e Montagem e verificação do funcionamento. Munição: Tipos; componentes e suas funções; balística interna e externa.

Objetivos:

- a) Diferenciar os diversos tipos de armamento utilizados na PMMS, conhecendo perfeitamente sua forma de emprego e funcionalidade.
- b) Identificar e diferenciar armamentos e a respectiva documentação que se compatibilizem com a legislação em vigor, sendo capaz de tomar as medidas cabíveis quando deparar-se com armas irregulares.
- c) Ser capaz de proceder ao manejo e a manutenção em primeiro escalão em todas as armas utilizadas na PMMS, sem riscos de danificá-las.
- d) Conhecer os tipos e propriedades das munições e seus resultados.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Educação e qualificação do policial militar para o uso da força**. Goiânia: PMGO, 2011.

Marcelo. **Tiro de Combate Policial**: Uma Abordagem Técnica. Erechim: Editora São Cristóvão, 2001.

GIRALDI, Nilson, Cel. QOR PMESP. **Manual de tiro defensivo de preservação da vida**, 1999.

Bibliografia Complementar:

FLORES, Érico Marcelo e GOMES, Gerson Dias. **Tiro Policial**: Técnicas Sem Fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

LEÃO, Décio José Aguiar. **Quando atirar?** O conceito americano de força letal. In Revista Unidade – Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar. Porto Alegre. Associação para pesquisas Policiais – Companhia da Idéias, nº 45, jan./mar., 2001, p. 21-27.

OLIVEIRA, João Alexandre Voss de; GOMES, Gerson Dias e FLORES, Érico **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Código de Conduta das Nações Unidas para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Assembleia Geral realizada em 17 de dezembro de 1979.

_____. **Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Oitavo Congresso das para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. Havana: ONU, 1990.

SCHRODER, André Luiz Gomes. **Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei**. Edição Independente. Ano 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS

Objetivos: Proporcionar que o aluno discuta temas importantes para a sua formação global, com temas não abordados nas disciplinas regulares oferecidas no curso. Estes conteúdos poderão ser ministradas na modalidade a distância.

Ementa: Aulas. Palestras e conferências. Nesta disciplina serão oferecidas oportunidades específicas para todos aluno do curso.

Bibliografia Básica:

Literatura específica ao tema ministrado.

DISCIPLINAS DO MÓDULO II

PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

34 horas-aula

Ementa:

Conflito: Conceitos; Tipos de conflito; Estilo e manejo de conflitos; Meios de Resolução Pacífica de Conflitos – ADRs. Mediação: Benefícios da mediação; O mediador; A ética do mediador; Aspectos operacionais: fases da mediação; Dimensão sócio psicológica da violência; Mediação em contexto de violência; e Mediação e segurança cidadã.

Objetivos:

Conceituar conflito e resolução pacífica de conflitos, identificando as situações que geram conflito e buscando alternativas conjuntas de solução, através de técnicas que auxiliem na mediação de conflito em conjunto com a comunidade, reconhecendo a importância dos profissionais da área de Segurança Pública no desempenho de ações de prevenção, mediação e resolução de conflito.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Carlos Eduardo Alcântara. Resolução de conflitos. **Manual de Formadores de Mediadores e agentes da paz**. VIVA RIO, 2005.
COOLEY, J. W. **A advocacia na mediação**. Brasília: UNB, 2001.
MOORE, C. W. **O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRETT, J. M. B.; ZOE, I.; GOLDBERG, S. B. **La eficacia de la mediación: un análisis independiente – casos gestorados por cuatro importantes proveedores de servicio**. Negotiation Journal, jul. 1996.
BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
CAMARGO, Carlos Alberto de. **Cidadania e autoridade**. São Paulo: Força Policial, 1997.
DAHRENDORF, Ralf. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UNB, 1982.
FARIA, J. E. **O Sistema Brasileiro de Justiça: experiência recente e futuros desafios**. ESTUDOS AVANÇADOS – USP N. 51; pp.103-125 (1988). Eficácia Jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social. São Paulo: USP, 2004.
FIORELLI; MALLHADAS; MORAES. **Psicologia na mediação: inovando a gestão de conflitos interpessoais e organizacionais**. São Paulo: LTR, 2004.
FREITAS, Lauro Soares de. **Um estudo do planejamento de novos serviços preventivos de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia, UFMG. 2003.
GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Tradução de Marcelo Rollemberg. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2003. Série Policia e Sociedade, n. 9, (organização Nancy Candia).

DEFESA PESSOAL POLICIAL II

34 horas-aula

Ementa:

Técnicas de imobilização: Imobilização no solo; Imobilização utilizando meios auxiliares; Técnicas de estrangulamento; e Chaves e articulações.

Objetivos:

- a) Desenvolver a capacidade de se defender em situações que tenha sua integridade física ameaçada.
- b) Aumentar a autoconfiança e o autocontrole para desenvolver a atividade profissional de forma eficiente.
- c) Ser capaz de garantir a segurança própria e de terceiros sem empregar a força letal e fazendo uso de força proporcional a fazer cessar injusta agressão.
- d) Conhecer o funcionamento e os pontos vitais do corpo humano.
- e) Manter em perfeitas condições a saúde corporal, através da contínua prática de atividades físicas e do cuidado com o corpo.

Bibliografia Básica:

CORREIA FILHO, Albano Augusto Pinto. **Manual de ataque e defesa**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, 1996.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 060-EME, de 23 de agosto de 2002. Aprova o Manual de Campanha C 20-50 - **Treinamento Físico Militar** – Lutas. 3ª Edição. Brasília: 2002.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Paulo Roberto de Albuquerque. **Defesa pessoal e cidadania: uma agregação à luz dos direitos**. Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: 2006.

RELAÇÕES DE GÊNERO E COMBATE A HOMOFOBIA	34 horas-aula
---	---------------

Ementa:

Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis e Minorias. Definição e identificação dos principais grupos vulneráveis; Estudo das Minorias; Reflexão sobre a situação dos grupos vulneráveis e minorias; Teorias do Gênero e Sexualidades: (pre)conceitos; Homossexualidade e Racismo; Comunidade LGBTTT (combate a homofobia).

Objetivos:

Capacitar profissionais de segurança pública para trabalharem com temas relacionados a relações de gênero, identidade e diversidade sexual e formas de combater a homo, lesbo e transfobia durante o desempenho das atividades de polícia ostensiva preventiva.

Bibliografia Básica:

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Polícia e Gênero**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 3.416 de 14 de setembro de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disciplina de Relações de Gênero no conteúdo curricular dos cursos de formação de Policiais Cíveis e Militares e Bombeiros Militares, acrescentando a disciplina de combate à homofobia. Disponível em < <http://www.setas.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=92697>>. Acesso em 13/04/2014.

Bibliografia Complementar:

GUERRA, Sidney (Coord). **Direitos das minorias e grupos vulneráveis**. Ijuí: Unijuí, 2008.

REDAÇÃO TÉCNICA E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	34 horas-aula
--	---------------

Ementa:

Produção de Textos: Noções de Leitura. Linguagem e Comunicação. Modalidades Linguísticas. Tipologia Textual. O Texto Dissertativo. Noções de Redação Técnica. Tópicos Gramaticais. Revisão de enunciados a partir de aspectos como: coesão, coerência, clareza, concisão, consistência e progressão temática. Procedimentos administrativos: PAD; Sindicância; IPM; IT; e Requerimento.

Objetivos:

- a) Proporcionar uma fundamentação teórico-prática acerca das diferentes concepções de leitura, de gêneros discursivos e de contextos de interação a partir de produções textuais.
- b) Desenvolver a prática da produção de texto levando em conta o contexto pragmático da produção de enunciados, sendo capaz de produzir e revisar o próprio texto.
- c) Conhecer os procedimentos administrativos utilizados pela PMMS.

Bibliografia Básica:

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de Texto: Língua Portuguesa para Estudantes Universitários**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
 GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
 KATO, M. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
 SOARES, M.; CAMPOS, L. C. **Técnicas de Redação**. São Paulo: Livro Técnico, 2000.
 VANOYE, F. **Usos de Linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Bibliografia Complementar:

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de Comunicação Escrita**. São Paulo: Ática, 1988.
 CAMARA JUNIOR, J. M. **Manual de Expressão oral e escrita**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
 LUFT, C. P. **Novo guia ortográfico**. Porto Alegre: Globo, 1974.
 _____. **A vírgula: considerações sobre o seu ensino e o seu emprego**. São Paulo: Ática, 1996.
 MEDEIROS, J. B. **Comunicação escrita: a moderna prática da redação**. São Paulo: Ática: 2000.
 SIQUEIRA, J. H. S. de. **O Texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação**. São Paulo: Selinunte, 1990.

DIREITO PENAL II	34 horas-aula
-------------------------	---------------

Ementa:

Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183). Crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234-B). Crimes contra a Administração Pública (arts. 312 a 337-A; arts. 338 a 359).

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais e doutrinários sobre o Direito Penal, compreendendo a parte especial do Direito Penal, que se faz necessário para o exercício da

atividade policial militar, durante o desempenho das atividades que envolvem a preservação da ordem pública.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, que instituiu o **Código Penal**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 12/04/2014.

CAPEZ, FERNANDO. **Curso de Direito Penal** - Parte Especial - Vol. 2 - 13ª Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Impetus: 2013.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva: 2012.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzini. **Direito Penal Aplicado** - Parte Especial do Código Penal (arts. 121 A 361). 5ª edição. Saraiva: 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**. Vol. 2 – Parte Especial. 33ª ed. São Paulo: Saraiva 2013.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: Parte Especial - Vol. 4. 8ª Ed. São Paulo: Editora Impetus: 2012.

MIRABETE, Júlio Fabbrine; FABRINNE, Renato N. **Manual de Direito Penal**: Parte Especial – Arts. 121 a 234 – v. II 29ª Edição. São Paulo. Atlas: 2013.

_____. **Manual de Direito Penal**: Parte Especial – Arts. 235 a 361 – v. III 29ª Edição. São Paulo. Atlas: 2013.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Código Penal Comentado**. 10ª ed. São Paulo: RT, 2013.

DIREITO PROCESSUAL PENAL	34 horas-aula
---------------------------------	---------------

Ementa:

Conceito e Princípios do Processo Penal. O Poder de Polícia e investigação policial. Noções de Inquérito Policial. Ação Penal: condições, elementos e classificação. Teoria da Prova. Flagrante delito; Imunidades e foro privilegiado (crimes envolvendo autoridades). Tipos de prisão: preventiva; temporária (Lei 7.960/1989); e em flagrante. Prisão civil. Liberdade provisória. Fiança. Lei dos juizados especiais. Procedimentos especiais relativos aos: Crimes falimentares; Crimes de imprensa; Crimes contra a honra; Crimes contra a propriedade imaterial; Crimes ligados a substâncias entorpecentes; Crimes de responsabilidade; Crimes contra a economia popular; Procedimentos especiais nas contravenções.

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais e doutrinários sobre o Direito Processual Penal, adquirindo competências necessárias para o exercício da atividade policial militar, durante o desempenho das atividades que envolvem a preservação da ordem pública.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, que institui o **Código de Processo Penal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em 12/04/2014.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 20ª Ed. São Paulo. Saraiva: 2013.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Código de Processo Penal Comentado**. 10ª ed. São Paulo. RT: 2013.

Bibliografia Complementar:

JESUS, Damásio E. de. **Código de Processo Penal Anotado**. 25ª ed. São Paulo. Saraiva: 2012.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 10ª ed. São Paulo. Saraiva: 2013.

NUCCI, Guilherme de Sousa.. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 10ª ed. São Paulo. RT: 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. I. 35ª ed. São Paulo. Saraiva: 2013.

_____. **Processo Penal**. Vol. II. 35ª ed. São Paulo. Saraiva: 2013

POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO	34 horas-aula
--	---------------

Ementa:

Legislação de trânsito: Das medidas administrativas e penalidades. Fiscalização de trânsito: Conceitos; Agentes de trânsito: funções e requisitos; Tipos de fiscalização; Fiscalização da Lei 12.760/12 “Lei Seca”; Confecção de autos de infração (Urbano e Rodoviário); e Procedimentos para relatar o ocorrido em um acidente de trânsito. Operações e policiamento de trânsito: Tipos de Operações de Trânsito Urbano e Rodoviário e seus objetivos; Equipamentos Necessários e sua correta utilização; Segurança das Operações; Tipos de Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário e seus objetivos; e Postura do Agente da autoridade de Trânsito frente a diversas situações. Identificação veicular: Documentos cópia; Noções de Identificação Veicular; e Orientações para uma boa inspeção veicular.

Objetivos:

- a) Ampliar os conhecimentos sobre legislação de trânsito, possibilitando a orientação das medidas administrativas cabíveis, visando à correção de atitudes no trânsito;
- b) Conhecer e analisar a definição teórica dos termos: infração de trânsito, penalidades e medidas administrativas, aplicadas na fiscalização de trânsito;
- c) Proporcionar condições para que o policial possa executar, coordenar, gerenciar e controlar os diversos tipos de operações, alinhado ao fluxo de veículos, identificando o uso mais adequado das intervenções de trânsito;
- d) Realizar a execução do policiamento de trânsito observando os preceitos atinentes à atividade bem como a finalidade da operação;
- e) Identificar veículos através do VIN - Número de Identificação Veicular, possibilitando uma fiscalização de trânsito mais eficiente.

Bibliografia Básica:

BONA PORTÃO César. **Código de Trânsito Brasileiro**, 15 ed. Florianópolis – SC 2013.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 26 de setembro de 1997, que institui o **Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em 12/04/2014.

RIZZARDO, Arnaldo. **Comentários ao código de trânsito brasileiro**, 8ª ed. São Paulo, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, Modesto Julyver. **Código de Trânsito Brasileiro**, Manual básico de fiscalização de trânsito 1ª Ed. São Paulo, 2012.

ARAUJO, Modesto Julyver. **Trânsito reflexões jurídicas**, 1ª Ed. São Paulo, 2009.

HONORATO, Cassio Mattos. **O trânsito em condições seguras**, Campinas-SP, 2009.

_____. **Sanções do Código de trânsito brasileiro penalidades e medidas administrativas**, Campinas-SP, 2004.

NOGUEIRA, Fernando Célio de Brito. **Crimes do Código de Trânsito Brasileiro**. 2ª ed. 2010.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Manual de Enfrentamento às Fraudes Veiculares**. 2012.

_____. **Manual de Fiscalização de Trânsito**. 2012.

SILVA, Ricardo Alves da. **Tudo que você precisa saber sobre as infrações de trânsito, doutrinas, jurisprudência, e pareceres dos órgãos executivo e normativos de trânsito**, 2ª Ed. São Paulo, 2009.

ORDEM UNIDA II	34 horas-aula
-----------------------	---------------

Ementa:

Instrução individual com arma: Posições; Em forma e fora de forma; Movimentos com arma; e Movimentos com arma em marcha. Formatura: Cerimonial; e Organização da tropa.

Objetivos:

- a) Desempenhar movimentos militares que demonstrem a destreza e a disciplina caracterizando a firme disposição para o cumprimento de ordem e a voluntariedade no cumprimento no dever.
- b) Desenvolver a capacidade de controle psicomotor diante de situações de estresse físico e mental.
- c) Aumentar o espírito de corpo e a capacidade de cooperação, desenvolvendo o reflexo e o sentimento de coesão.

Bibliografia Básica:

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 079, de 13 de julho de 2000. Aprova o Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida. Estado Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2000.

EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR II	34 horas-aula
-----------------------------------	---------------

Ementa:

Aquecimento, ginástica com exercícios de efeitos localizados e corrida. Volta à calma com exercícios de alongamento. Circuit Training. Volta á calma com exercícios de alongamento. Aplicação do TAF.

Objetivos:

- a) Obter resistência aeróbica; aumentar a capacidade cardiorrespiratória; melhorar o desempenho profissional.
- b) Realizar uma série de exercícios com esforço de grupos musculares alternados; obter resistência anaeróbica e aeróbica; Resistir à fadiga.

Bibliografia Básica:

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 089, de 07 de novembro de 2002. Aprova o Manual de Campanha C 22-20 – Treinamento Físico Militar. Estado Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2002.

POLLOCK, M.L.; WILMORE, J.H. **Exercícios na saúde e na doença**: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. 2. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

SILVA, O. J.; SILVA, T. J. C. **Exercício e saúde: fatos e mitos**. Florianópolis: UFSC, 1995.

Bibliografia Complementar:

COOPER, K. H. **Programa aeróbico para o bem estar total**. 3. ed. Rio de Janeiro: Melory, 1990.

DANTAS, H.M.E. **Flexibilidade**: alongamento e flexionamento. Rio de Janeiro: Shape, 1989.

FACÓ, J. **Princípios e métodos de instrução a defesa nacional**. Rio de Janeiro, v.12, nº 139, p. 188, jul/ago, 1952.

GETTMAN, L.R. **Teste de aptidão física**. In: BLAIR, S.N., PAINTER, P., PATE, R.R., et al. (Coord.). Prova de esforço e prescrição de exercício. Rio de Janeiro: Revinter, 1984. p. 156-165.

GOLDING, L.A.; MEYERS, C.R., SKINNING, W.E. **Y's way to physical fitness**: the complete guide to fitness testing and instructions. 3. ed. Champaign: Human Kinetics, 1989.

MATHEWS, D.K. **Medidas de avaliação em educação física**. 5. ed. Interamericana, Rio de Janeiro: 1980.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Comando-Geral do Pessoal. Instruções para aplicação de exames de aptidão física na FAB = FMA 54-1. Rio de Janeiro: 1984.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceito e sugestões para um estilo de vida ativo. Londrina: Midiograf, 2003.

PAVEL, R.C.; ARAÚJO, C.G.S. **Nova proposição para a avaliação da flexibilidade**. Congresso Regional Brasileiro de Ciências do Esporte. Volta Redonda: 1980. (Tema livre)

TÉCNICAS DE POLÍCIA OSTENSIVA II	34 horas-aula
---	---------------

Ementa:

Abordagem policial: Aspectos Jurídicos (CF/88, CPP, CTN, DUDH, CCEAL, dentre outros); Princípios da Abordagem; Níveis da Abordagem; Poder de Polícia; Busca Pessoal; Fundada Suspeita; e Uso diferenciado da Força. Uso de Algemas: Aspectos jurídicos (súmula vinculante nº 11); Técnicas de colocação; e Condução de pessoas algemadas. Regras de Segurança. Técnicas e procedimentos de abordagem a pessoas: Abordagem a transeuntes; Abordagem a pessoas em bares e afins; Abordagem a pessoas em grandes eventos; Abordagem a pessoas em praças desportivas; Técnicas de condução de pessoas e grupos de pessoas; e Recomendações Gerais. Técnicas e procedimentos de abordagem a veículos: Abordagem a motocicletas; Abordagem a veículos; Abordagem a caminhão; e Abordagem a ônibus.

Objetivos:

- Conhecer os conceitos legais que norteiam e embasam a abordagem policial.
- Conhecer, praticar e executar com proficiência as técnicas de abordagens e condução de pessoas.
- Conhecer, praticar e executar com proficiência as técnicas de abordagem a veículos.
- Desenvolver habilidades para aplicar as técnicas e procedimentos de abordagem, dentro do uso seletivo da força.

- e) Conhecer, praticar e executar com técnica os procedimentos de abordagem policial frente a pessoas em situação de vulnerabilidade.
- f) Atuar legalmente como Policial Militar dentro de cada situação policial com eficácia.

Bibliografia Básica:

FRANCO, Paulo; et al. **Técnicas Policiais** – uma questão de segurança. Porto Alegre: 2006.

LAUREANO. **Táticas e técnicas policiais militares**. Goiânia: Grafset, 1999.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL. **Procedimento Operacional Padrão**. Campo Grande: PMMS, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 1988.

_____. Decreto-Lei 3.689 de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 11**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumulaVinculante&pagina=sumula_001_032>. Acesso em: 13/04/2014.

BRASÍLIA. Secretária Nacional de segurança Pública. **Manual de curso de operações táticas especiais**. Brasília: SENASP, 2003.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Inspetoria-Geral das Polícias Militares. **Manual básico de policiamento ostensivo**. Porto Alegre, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta das Nações Unidas para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Assembleia Geral realizada em 17 de dezembro de 1979.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada pela Resolução 217 da Assembleia Geral, realizada em 10 de dezembro de 1948.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010. **Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

SCHRODER, André Luiz Gomes. **Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei**. Edição Independente. Ano 2000.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade**. Cartilha. Brasília: SENASP/MJ, 2010.

TIRO POLICIAL I	34 horas-aula
------------------------	---------------

Ementa:

Diferença entre o tiro comum e o tiro policial – o compromisso com a vida: As orientações da ONU a respeito da força letal; O uso diferenciado da força e a obrigação de procurar sempre esgotar todos os recursos antes de disparar a arma de fogo; O que antecede o tiro policial. Tiro policial com armas curtas – teoria e prática.

Objetivos:

- a) Garantir a segurança própria e de terceiros através do uso da força letal quando todos os outros recursos se fizerem ineficazes.
- b) Desempenhar-se como atirador policial de forma hábil e precisa, sem colocar em risco a segurança própria ou de terceiros.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Alexandre Flecha; CAMPOS, Colemar Elias. **Técnicas do tiro ao alvo**: breve histórico e orientações. Goiânia: Independente, 1989.

_____. **Educação e qualificação do policial militar para o uso da força**. Goiânia: PMGO, 2011.

FLORES, Érico Marcelo e GOMES, Gerson Dias. **Tiro Policial**: Técnicas Sem Fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

LEÃO, Décio José Aguiar. **Quando atirar?** O conceito americano de força letal. In Revista Unidade – Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar. Porto Alegre. Associação para pesquisas Policiais – Companhia da Idéias, nº 45, jan./mar., 2001, p. 21-27.

GIRALDI, Nilson, Cel. QOR PMESP. **Manual de tiro defensivo de preservação da vida**, 1999.

OLIVEIRA, João Alexandre Voss de; GOMES, Gerson Dias e FLORES, Érico Marcelo. **Tiro de Combate Policial**: Uma Abordagem Técnica. Erechim: Editora São Cristóvão, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta das Nações Unidas para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Assembleia Geral realizada em 17 de dezembro de 1979.

Bibliografia Complementar:

_____. **Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Oitavo Congresso das para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. Havana: ONU, 1990.

SCHRODER, André Luiz Gomes. **Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei**. Edição Independente. Ano 2000.

USO DIFERENCIADO DA FORÇA	34 horas-aula
----------------------------------	---------------

Ementa:

Princípios legais: excludente de criminalidade, desobediência, desacato, tortura, danos morais, lesões corporais, excesso e outros. Aspectos legais e éticos do uso da força: legislação internacional, estadual e nacional aplicáveis ao uso da força: Princípios Básicos do Uso da Força e Arma de Fogo – ONU; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal; Constituições Estaduais; Código Penal; Código de Processo Penal; Código Tributário Nacional; Código de Conduta dos Profissionais dos órgãos de Segurança Pública. Fundamentos técnicos do uso da força pelos profissionais de Segurança Pública: presença; verbalização; técnicas de submissão; controles de contato ou controle de mãos livres; táticas defensivas não letais e tiro policial defensivo. Propostas de modelos de uso progressivo da força: “FLETC”; “GIUESPIE”; “REMSBERG”; “CANADENSE”; “NASHVILE”; “PHOENIX”; e Procedimento Operacional Padrão – POP/PMMS. Análises comparativas dos modelos do uso da força. Proposta de um modelo básico do uso progressivo a ser adotado pelos órgãos de Segurança Pública.

Objetivos:

Criar condições para que o profissional da área de Segurança Pública possa analisar as peculiaridades dos aspectos legais que envolvem a excludente de ilicitude, o abuso de autoridade e a desobediência, identificando o escalonamento do uso da força a partir de procedimentos, técnicas, táticas proporcionando ao profissional de Segurança Pública a tomada de postura adequada e proporcional à resistência e/ou a agressão recebida, com fim de

priorizar a preservação da vida atuando de forma segura e de acordo com os princípios legais que regem a aplicação da força estritamente necessária para a contenção da resistência e/ou da agressão recebida.

Bibliografia Básica:

- BAYLEY, David H. **Criando uma teoria de policiamento**. Padrões de policiamento. Coleção Polícia e Sociedade 1. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BITTNER, Egon. **A Capacidade do uso da força como função nuclear no papel da polícia**. Aspectos do trabalho policial. Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MATO GROSSO DO SUL. PMMS. Procedimento Operacional Padrão – POP, 2012.
- LIMA, João Cavalim de. **Atividade policial e confronto armado**. Curitiba: Juruá, 2005.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Luciano. **Controle de armas**: um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- CAMPOS, Alexandre Flecha; CAMPOS, Colemar Elias. **Técnicas do tiro ao alvo**: breve histórico e orientações. Goiânia: Independente, 1989.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Polícia, violência e direitos humanos**. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Série Cadernos de Polícia, n. 20. Rio de Janeiro, 1994.
- CORRÊA, Marcelo Vladimir. **Abordagem policial-militar no patrulhamento motorizado face ao treinamento profissional específico no 8º RPM, período de 1998 a 2000**. Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- FRANCO, Paulo Alves. Estatuto do desarmamento anotado. Campinas: Servanda, 2005.
- GIRALDI, Nilson, Cel. QOR PMESP. **Manual de tiro defensivo de preservação da vida**, 1999.
- HAGEN, A. M. M. **O trabalho policial**: estudo da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBCCRIM, 2006.
- HEAL, Sid; JANY, Eduardo. **As 10 considerações para o sucesso na implementação de um Programa de Armas Menos-Letais**. In: 1º Seminário Internacional de Tecnologias Não-Letais, Brasília, 2006.

COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	34 horas-aula
---	---------------

Ementa:

Conceito e definições de telecomunicações. Tecnologias empregadas na instituição como: sistema de atendimento e despacho, sistema de rastreamento de viaturas, sistemas para verificação de veículos e pessoas. Pronúncia das palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q”. Disciplina na “Rede Rádio”, conhecimentos básicos sobre aparelhos de rádio utilizados na instituição. Prática de utilização de rádio. Boletim de Ocorrência do Centro de Operações. Sistemas: Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG); e Sistema Integrado de gestão Operacional (SIGO). Visita ao Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS).

Objetivos:

- A) Criar condições para que o profissional da área de Segurança Pública possa identificar os fundamentos da telecomunicação e enumerar o alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q”.
- b) Desenvolver e exercitar habilidades para utilizar adequadamente os equipamentos e programas disponibilizados.

- c) Preencher corretamente o Boletim de Ocorrência e os arquivos relacionados aos sistemas de comunicação.
- d) Utilizar os sistemas informatizados de apoio às atividades de Segurança Pública e os sistemas voltados para o planejamento preventivo e de combate à violência criminal.

Bibliografia Básica:

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na Segurança Pública**. (s.l.): Garamond, 2002.

MANNING, Peter K. **As tecnologias de informação e a polícia**. Policiamento moderno. Coleção Polícia e Sociedade 7. São Paulo: EDUSP, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Manual do Infoseg. 2008.

Bibliografia Complementar:

AKUTSU, Luiz; PINHO, José A. **Sociedade da Informação, accountability e democracia delegativa**: investigação em portais de governo no Brasil. In: Revista de Administração Pública, v. 36, n. 5, set./out. 2002.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. Saraiva, 2006.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de Informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1996.

BAUDRILLARD J. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BERRY, L.; PARASURAMA, A. **Serviços de marketing**: competindo por meio da qualidade. 1. ed. São Paulo: Maltese-Norma, 1992.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ingrid Caldeira Torres de. **Apostila de telemarketing**. Vitória, 2001.

GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE SÃO PAULO. **Manual de Instrução da Guarda Civil Metropolitana**. São Paulo, 1996.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 1. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1993.

LARVIE, Patrick; MUNIZ, Jacqueline. **A central disque-denúncia no Rio de Janeiro**. Seminário sobre Segurança, Justiça e Cidadania. ISER e IUPER. Rio de Janeiro, 1997.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Manual de instrução modular**. Vitória, 1995.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Governo eletrônico e democracia**: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. In: Organizações & Sociedade, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

METODOLOGIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA I	34 horas-aula
---	---------------

Ementa:

Conhecimento: formas, criação e produção. Ciência e Universidade. Métodos de estudo. Redação de textos: resumo, resenha, revisão bibliográfica, fichamento, síntese, artigo, paper e relatório. Normas técnicas do trabalho científico (TCC).

Objetivos:

- a) Analisar e compreender as condições em que o conhecimento científico se desenvolve.
- b) Conhecer estratégias de estudo bem como as técnicas de escrita de textos acadêmicos.

c) Preparar o profissional de segurança para a produção de texto científico ao final do curso (TCC).

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, I. B. de. **O prazer da produção científica**. São Paulo: UNIMEP, 1999.

FEITOSA, V. C. **Redação de textos científicos**. São Paulo: Papirus, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023**: Informação – documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação – apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

PREVENÇÃO À TORTURA E À VIOLÊNCIA POLICIAL	34 horas-aula
---	---------------

Ementa:

Histórico e Conceituação. A Lei brasileira contra a tortura e os instrumentos normativos internacionais. Cumprimento da pena e Direitos Humanos: situação de antagonismo. A questão dos paradigmas. A importância do monitoramento independente e da presença das organizações de defesa dos direitos humanos nas instituições policiais e no sistema penitenciário. Presídios, instituições totais, obscuridade e impunidade. O papel do agente público diante da tortura. A dimensão ética e moral do trabalho dos policiais e dos servidores penitenciários. Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei. A história da humanização de penas. As questões envolvendo a violência e a tortura nos estabelecimentos fechados.

Objetivos:

Proporcionar ao aluno o conhecimento de práticas de prevenção à tortura e à Violência policial.

Bibliografia Básica:

ANISTIA INTERNACIONAL. **Tortura e maus tratos n Brasil**: desumanização e impunidade no sistema de justiça criminal. Out. 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.455/7 abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providencias**. Lex: Coletânea de legislação e Jurisprudência. São Paulo: Lex., 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. **Direitos Civis, Estado de Direito e Cultura Policial**: a formação do policial em questão. N. 41. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2003. p. 241/256.

Bibliografia Complementar:

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 13-108.

PETERS, Edward. **História da Tortura**. Lisboa: Teorema, 1985.

PERCEPÇÃO DE FRONTEIRA COMO METODOLOGIA	34 horas-aula
--	---------------

Ementa:

Ideias comuns sobre fronteira. Noções de conflitos fronteiriços. Instituições em fronteira: conflitos e interesses. Gestão de crises: Abordagens e comunicação. Ideias construídas a partir da vivência e proximidades no cotidiano do Policial Militar em fronteira. Percepções fronteiriças sobre rotinas policiais, justiça, medos e inseguranças

Objetivos:

- a) Compreender a dinâmica social das fronteiras.
- b) Ampliar conhecimentos sobre o cotidiano e a realidade da região onde estará lotado.
- c) Desenvolver capacidades de resolver conflitos tipicamente fronteiriços.
- d) Capacitar o futuro Soldado PM para auscultar demandas da população relacionadas à segurança pública e contribuir para melhores respostas.

Bibliografia Básica:

COSTA, E. A. Mexe com o quê? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In: COSTA, E. A.; GOSTA, G. V. L. & OLIVEIRA, M. A. M. Fronteiras em Foco. Campo Grande, Editora da UFMS, 2011, pp. 131-148.

MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In: Revista Território, ano V, nº 8, pp 7-23, 2000.

MISSE, M. Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: Seminário: Brasil em Perspectiva: os anos 90. IFCS/UFRJ, 1993, pp. 01-17.

OLIVEIRA, M. A. M. Imigrantes em região de fronteira: condição infernal. In: OLIVEIRA, M. A. M. Guerras e Imigrações. Campo Grande, ed. da UFMS, 2004, pp. 189-203.

OLIVEIRA, M. A. M. & CAMPOS, D. L. Instituições, populações e comércio na fronteira Brasil – Bolívia. In: Anais da VII Expedição Geográfica da UNIOESTE: espaços de Fronteira, Território e Ambiente. Mal Candido Rondon, UNIOESTE, 2011, pp. 1-13.

OLIVEIRA, T. C. M. et alli. Cidades de Fronteira e a Rede Urbana. In: Dinâmica urbano-regional Rede Urbana e suas Interfaces. PEREIRA, R. H. M. & FURTADO, B. A. (orgs.) Brasília, IPEA, 2010, pp. 71-88.

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. São Paulo, EDUSP, 1987.

SILVA. F. M. Documento Fronteiriço: acordos internacionais e desacordos locais. Dissertação de Mestrado. UFMS, Mestrado em Estudos Fronteiriços, 2013.

STEIMAN, R. Zona de Fronteira e Cidades Gêmeas: uma tipologia das interações transfronteiriças. In: ZARATE, C. G. (org.). Espacios urbanos y sociedades transfronterizas em la Amazonia. Editora da Universidad Nacional de Colombia, Leticia, 2012, pp. 154-166.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, Ministério da Justiça, 2011.

TÓPICOS ESPECIAIS

Objetivos: Proporcionar que o aluno discuta temas importantes para a sua formação global, com temas não abordados nas disciplinas regulares oferecidas no curso. Estes conteúdos poderão ser ministradas na modalidade a distância.

Ementa: Aulas. Palestras e conferências. Nesta disciplina serão oferecidas oportunidades específicas para todos aluno do curso.

Bibliografia Básica:

Literatura específica ao tema ministrado.

DISCIPLINAS DO MÓDULO III

LEIS PENAIS EXTRAVAGANTES	34 horas-aula
---------------------------	---------------

Ementa:

Estatuto da Criança e do Adolescente: Dos Direitos Fundamentais; Da política de atendimento; Das medidas de proteção; Prática de ato infracional; Do conselho tutelar; Do acesso à justiça; e Dos crimes e as infrações administrativas. Lei Maria da Penha: Da violência doméstica e familiar contra a mulher; Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher; Das medidas integradas de prevenção; Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar; Do atendimento pela autoridade policial; Dos procedimentos; Das medidas protetivas de urgência. Lei dos Crimes de Tortura: Constituição do crime. Lei do Abuso de Autoridade: Constituição do crime e sanções. Estatuto do Desarmamento: Do sistema nacional de armas; Do registro; Do porte; e Dos crimes e das penas. Lei Antidrogas: Do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas; Das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de

drogas; A repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; e Da cooperação internacional.

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais e doutrinários sobre leis extravagantes de interesse do agente de segurança pública, necessário para o exercício da atividade policial militar, durante o desempenho das atividades que envolvem a preservação da ordem pública.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 12/04/2014.

BRASIL. Lei nº 11340, de 07 de agosto de 2006, que institui a **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 12/04/2014.

BRASIL. Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997, que institui a **Lei de Tortura**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm>. Acesso em 12/04/2014.

BRASIL. Lei nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965, que institui a **Lei de Abuso de Autoridade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4898.htm>. Acesso em 12/04/2014.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que institui o **Estatuto do Desarmamento**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826compilado.htm>. Acesso em 12/04/2014.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui a **Lei Antidrogas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em 12/04/2014.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Rogério Sanches; Lépre, Paulo Eduardo; Rossato, Luciano Alves. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 4ª Edição. São Paulo: RT, 2012.

DA SILVA, José Geraldo. LAVORENTI, Wilson & GENOFRE, Fabiano. **Leis Penais Especiais Anotadas**. São Paulo: Millennium Editora, 3ª edição, Revista, atualizada e ampliada, 2002.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 3ª Ed. São Paulo: RT, 2012.

FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. **Abuso de Autoridade**. 9ª Edição rev. atual. São Paulo: RT, 2001.

FRANCO, Paulo Alves. **Estatuto do Desarmamento Anotado**. 3ª Ed. Campo Grande: Contemplar, 2011.

GOMES, Luiz Flávio. **Nova lei de tóxicos não prevê prisão para usuário**. Jus Navegandi, Teresina, ano 10, n. 1141, 16 ago 2006.

_____. **Nova lei de tóxicos: qual procedimento deve ser adotado?**. Jus Navegandi, Teresina, ano 10, n. 1154, 29 ago 2006.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Crimes hediondos, tóxicos, terrorismo, tortura**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

JESUS, Damásio de. **Lei Antidrogas Anotada**. 10ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

JÚNIOR, Sidio Rosa de Mesquita. **Comentários à Lei Antidrogas: Lei nº 11 343, de 23.08.2006**. São Paulo: atlas, 2007.

LIMA, Walberto Fernandes de; Bierrenbach, Sheila de A. **Comentários À Lei de Tortura - Aspectos Penais e Processuais Penais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PÁDUA, João Pedro Chaves Valladares. **Estatuto do Desarmamento**: irracionalidade, ilegitimidade e inconstitucionalidade. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 677, 13 maio 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6724>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha**: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n 301, mar. 2008.

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	34 horas-aula
-----------------------------------	---------------

Ementa:

Avaliação Geral da Vítima. Método (CHARP) circulação, hemorragia, vias aéreas, respiração e pulsação. Suporte Básico de Vida: Reanimação cardiopulmonar; Parada respiratória; Engasgamento; e Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos. Hemorragias e Choques: Conceito; Sinais e sintomas; Tipos de hemorragias; Tipos de choque; e Técnicas de contenção de hemorragias. Traumas: Traumatismo crânio-encefálico; Traumatismo raquimedular; Traumas de tórax; Técnicas de transportes; e Razões para a movimentação de vítimas. Parto de Emergência: Fases do trabalho de parto; Possíveis complicações do parto; Prevenção de infectocontagiosas; Assepsia de viaturas e materiais; e Técnicas de transporte.

Objetivos:

Avaliar a vítima por meio da identificação de sinais vitais e suas possíveis irregularidades, utilizando-se de técnicas e procedimentos que possibilitem prestar um atendimento preciso, rápido e seguro em casos de acidentes, partos ou males súbitos até a presença de equipe especializada em socorro.

Bibliografia Básica:

APOSTILA DE PRIMEIROS SOCORROS DE URGÊNCIA. Brasília-DF: Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, edição revisada, 2004.

STANWAY, Andrew. **Manual de primeiros socorros**. Rio de Janeiro. Marques Saraiva, 1980.

XAVIER, Rafael de Carvalho. **Teoria e prática sobre primeiros socorros emergenciais para leigos**. Brasília: UCB, 1998.

Bibliografia Complementar:

APOSTILA DE EMERGÊNCIA MÉDICA PRÉ-HOSPITALAR. Brasília-DF: Aeroclub de Brasília, 1990.

APOSTILA DO CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS. Brasília-DF: Departamento de Socorro da Cruz Vermelha Brasileira, 1996.

BENHKE, Robert S. **Anatomia do movimento**. Tradução de Nilda Maria Farias de Albernaz. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARROLL, Mary; BRUE, Jane. **Enfermagem para idoso: guia prático**. São Paulo: Organização Andrei, 1991.

CARVALHO FILHO, Eurico Thomas; PAPALÉU NETTO, Matheus. **Geriatria: fundamentos, clínica e terapêutica**. São Paulo: Atheneu, 2000.

CASTRO, Sebastião Vicente de. **Anatomia fundamental**. 2. ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1985.

COIMBRA, Raul S. M. et al. **Emergências traumáticas e não traumáticas: manual do residente e do estudante**. São Paulo: Atheneu, 2001.

FERREIRA JR., Haroldo Machado; SOUZA, Paulo José Barbosa. **Manual técnico profissional de salvamento**. Brasília: 1994. v. I, II e III.
 Manual do Atendimento Pré-Hospitalar. SIATE/CBPR, 2006.
 OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. **Trauma: atendimento pré-hospitalar**. Curitiba: Atheneu, 2002.
 RUIPÉREZ, Isidoro; LLORENTE, Paloma. **Guia prático de enfermagem geriátrica**. Tradução de Maria Tereza Ramalhal Teixeira. Rio de Janeiro: Mc Graw-Hill, 1996.
 SANTORO, Deyse e DOURADA, Águia. **Situações de urgência e emergência - Manual de condutas práticas**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Águia Dourada, 2012.
 SILVA, Vera Lúcia de Oliveira e. **Manual do atendimento pré-hospitalar**. SIATE/Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1995.
 TORLONI, Maurício; VIEIRA, Antônio Vladimir. **Manual de proteção respiratória**. São Paulo: ABHO, 2003.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	34 horas-aula
-----------------------------	---------------

Ementa:

Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável. Direito do ambiente. Constituição Federal e Meio Ambiente. Meio Ambiente equilibrado direito fundamental de todos. Competência em Matéria Ambiental. Intervenção do Estado na propriedade e a atividade econômica. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Polícia Ostensiva Ambiental. Polícia Militar Ambiental. Condutas lesivas do meio ambiente. Responsabilidade em Matéria Ambiental. Tutela penal. A ação penal de responsabilização por danos ambientais. A Lei de Crimes Ambientais. A Notícia de Infração Penal (IP) e O Termo Circunstanciado. Tutela Administrativa. O Processo Administrativo Ambiental.

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais e doutrinários relacionados às atividades policiais militares na área de Direito Ambiental, adquirindo competências essenciais ao exercício da atividade policial militar.

Bibliografia Básica:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MORATO LEITE, José Rubens: **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 10ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.
 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2002.
 MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
 BELTRÃO, Antônio F. G. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Método, 2008.
 MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR	34 horas-aula
---	---------------

Ementa:

Parte geral do Código Penal Militar: aplicação da Lei Penal Militar aos militares federais, estaduais e civis. Excludentes da culpa e excludentes do crime. Penas principais e das penas acessórias (art. 55 a 68; art. 98 a 108, CPM). Ação penal militar e da extinção da punibilidade. Crimes militares em tempo de paz: Crimes contra a autoridade ou disciplina militar (art. 149 a 182) e crimes contra o serviço militar e o dever militar (art. 183 a 204, CPM). Crimes contra a administração militar (art. 298 a 334). Crimes militares em tempo de guerra (art. 355 a 408). Direito Processual Penal Militar: A lei de processo penal militar e sua aplicação; Procedimento Especial dos crimes militares; Do Inquérito Policial Militar; Flagrante em crimes militares; e Competência da Justiça Militar Estadual.

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais e doutrinários sobre o Direito Penal Militar e Processual Penal Militar, adquirindo competências necessárias para o exercício da atividade policial militar, durante o desempenho das atividades que envolvem a preservação da ordem pública.

Bibliografia Básica:

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar**. 6ª edição, 3ª reimpressão. Curitiba. Juruá: 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, que institui o **Código Penal Militar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>. Acesso em 12/04/2014.

MIGUEL & COLDIBELLI. Claudio Amin; Nelson. **Elementos de Direito Processual Penal Militar**. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris: 2011.

SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal. **Código Penal Militar Comentado – Parte Geral**. Rio de Janeiro. Forense: 2009.

Bibliografia Complementar:

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito Penal Militar**. 3ª edição. Porto Alegre. Verbo Jurídico 2011.

LOBÃO, Célio. **Direito Penal Militar**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora Forense: 2010.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito Penal Militar**. 5ª edição. São Paulo. Atlas: 2010.

MIGUEL & CRUZ. Claudio Amin; Ione de Souza. **Elementos de Direito Penal Militar - Parte Especial**. São Paulo. Editora Método: 2013.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. **Manual de Direito Penal Militar**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROMEIRO, Jorge Alberto. **Curso de Direito Penal Militar - Parte Geral**. São Paulo. Saraiva. 1994.

SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal. **Crimes Militares**. Volume 01. Fortaleza. Relevo: 2010.

Direito Processual Penal Militar

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito Processual Penal Militar**. 3ª Ed. Porto Alegre. Verbo Jurídico: 2011.

LOBÃO, Célio. **Direito Processual Penal Militar**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Processo Penal Militar**. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2010.

Ementa:

Fundamentos doutrinários: Inteligência de Segurança Pública – ISP (Conceito, Finalidade e Características); Princípios da ISP; Valores; Ramos da Atividade de ISP; Fontes e Meios de Obtenção de Dados/Conhecimentos de ISP. Noções de produção de conhecimento: Conceito de Dado e Conhecimento; Estados da Mente e Trabalhos Intelectuais (noções); Tipos de Conhecimento (Informe e Informação); Ciclo da Produção do Conhecimento (noções); Documentos de Inteligência (internos e externos) e suas classificações. Ações de inteligência e operações de ISP: Ações de Inteligência – Noções fundamentais de Busca e Coleta; Finalidade e Conceitos Básicos de Operações de ISP; Algumas Técnicas Operacionais de ISP. Contra inteligência - CI: Conceito de CI; Conceitos Básicos (Responsabilidade, Acesso, Comprometimento e Vazamento); Segurança Orgânica. Organização da inteligência de segurança pública: Conceito de Sistema e Subsistema no âmbito da atividade de ISP; Canais (Canal Técnico X Canal de Comando); Organização da ISP (Sistema e Subsistema de ISP); Inteligência Policial; Como está organizada a ISP no âmbito da PMMS.

Objetivos:

- a) Compreender os aspectos que envolvem a atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP), bem como sua estrutura e funções específicas.
- b) Ampliar conhecimentos para que o futuro Soldado PM possa Identificar na ação de Inteligência, os princípios norteadores dos direitos humanos visando assegurar as garantias Constitucionais e fundamentais, protegendo dados e informações de cunho pessoal, evitando a exposição desnecessária de indivíduos.
- c) Desenvolver/exercitar habilidades para que o profissional da área de segurança do cidadão passe a utilizar técnicas de levantamento de informações (Coleta, mapeamento e análise de dados), fazendo com que ele assimile as técnicas de obtenção e de apresentação de dados.
- d) Permitir a esse profissional uma compreensão acerca da importância do uso intensivo da informação no planejamento e atuação policial tanto ostensiva quanto investigativa.
- e) Capacitar o futuro Soldado PM a atuar a favor do sistema de inteligência e contra inteligência da Corporação e a aplicar as normas de salvaguarda para os assuntos sigilosos.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Lei 10.217, de 11 de abril de 2001, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10217.htm>. Acesso em 13/04/2014

_____. Decreto nº 3.965, de 21 de fevereiro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3695.htm>. Acesso em 13/04/2014

_____. Decreto nº 4.553, 27 de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553.htm>. Acesso em 13/04/2014

_____. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4376.htm>. Acesso em 13/04/2014

_____. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. IP 30-1 **A atividade de Inteligência militar**: 1ª Parte: Conceitos básicos. Brasília, DF: EGCF, 1995.

_____. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília, DF, SENASP, 2009.

FERRO, Celso Moreira Junior. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial**. Conceitos, Técnicas e Tecnologias Definidos pela Experiência Profissional e Acadêmica. Brasília, DF, 2008.

FIALHO, Ivan (Org.). **Inteligência de Segurança Pública**. Rio de Janeiro: ESG, 2009.

Bibliografia Complementar:

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Brasília: Abin, v. 2, n. 3, set. 2006. p. 53-58.

SOUZA, Nelson Gonçalves de e DANTAS, George Felipe de Lima. **A Integração de sistemas de Informação**: Base para a Gestão do Conhecimento, Inteligência Policial e Análise Criminal. Anais do Simpósio Nacional: “Inteligência Policial e Criminalidade de Massa” Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, junho/2004.

TÉCNICAS DE POLÍCIA OSTENSIVA III	68 horas-aula
--	---------------

Ementa:

Noções introdutórias de rádio patrulhamento motorizado: Conceito de rádio patrulhamento motorizado e sua missão; Funções e Atribuições de cada componente de uma guarnição policial; Comunicação via rádio e sua correta utilização; Composição de uma guarnição de rádio patrulhamento motorizado – com dois, Três e quatro policiais. (ênfase para dois e três componentes); Instrumentos disponíveis em uma Viatura e sua correta utilização (sirene, giroflex, silibim, etc...); e Conhecimento da área de atuação. Técnicas e procedimentos de rádio patrulhamento motorizado: Princípios básicos de rádio patrulhamento motorizado; Ações e Condutas de rádio patrulhamento motorizado; Técnicas e Procedimentos Operacionais (Ao assumir o turno de trabalho e na passagem do turno, Velocidade adequada ao patrulhamento, Em paradas e estacionamentos, Quando acionado via rádio e via transeunte, Na coleta das informações fornecidas pela central de operações, No deslocamento para a ocorrência, No local da ocorrência, Durante e após a ocorrência, Em acompanhamento e cerco de veículo suspeito e/ou em fuga, Em cercos de uma determinada área geográfica, Segurança individual, da equipe e de terceiros, OMD (organização, memorização e descrição), Verificação da necessidade de reforço policial, e Noções procedimentais de tiro embarcado). Bloqueio, barreira e cerco policial em via: Definição e características de bloqueio, barreira e cerco policial; Procedimentos a serem tomados durante um bloqueio, barreira e cerco policial, diurno e noturno; e Segurança da via, equipamentos de sinalização e obstrução, sinais por gestos.

Objetivos:

- Conceituar rádio patrulhamento motorizado (veículo automotor) e elencar as funções e atribuições de cada componente de uma guarnição policial.
- Conhecer, praticar e executar com proficiência as técnicas de rádio patrulhamento motorizado.
- Entender as possíveis situações em que a viatura de rádio patrulhamento motorizado poderá ser empregada.

Bibliografia Básica:

FRANCO, Paulo; et al. **Técnicas Policiais** – uma questão de segurança. Porto Alegre: 2006.
LAUREANO. **Táticas e técnicas policiais militares**. Goiânia: Grafset, 1999.
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Manual de Policiamento Ostensivo Geral**. 2000.
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de força Tática**. 2003.
_____. **Manual de Policiamento Ostensivo Geral**. 2000.

Bibliografia Complementar:

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Manual do Curso de Radiopatrulhamento Tático**. 2ª Edição, 2007.
SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Manual de curso de operações táticas especiais**. Brasília: SENASP, 2003.

POLICIAMENTO ORIENTADO PARA O PROBLEMA	34 horas-aula
---	---------------

Ementa:

Evolução dos modelos de policiamento. A era política. A era profissional. A era de resolução de problemas com a comunidade. Polícia comunitária e policiamento orientado para o problema. Criminologia ambiental. Teoria da oportunidade. Teoria das atividades rotineiras. Teoria da escolha racional. Teoria do padrão do crime. Prevenção situacional do crime. Prevenção ao crime através do desenho urbano. Lugares seguros. Método SARA (IARA). Identificação de problemas. Análise de problemas policiais. Resposta a problemas policiais. Avaliação das respostas implementadas.

Objetivos:

Entender as características gerais do modelo de Polícia Comunitária e da Estratégia de Resolução de Problemas, possibilitará que o profissional da área de segurança pública conheça e utilize o método IARA: Identificar os problemas vividos na sua comunidade, Analisar as suas causas principais, Responder com ações criativas e Avaliar os seus impactos com o apoio da comunidade.

Bibliografia Básica:

GOLDSTEIN, Herman. **Problem-Oriented Policing**. McGraw-Hill. Inc. 1990
MOORE, Mark Harrison. **Policiamento Comunitário e Policiamento para a Solução de Problemas**. In: TONRY, Michael e MORRIS, Norval (orgs.) **Policiamento Moderno**. Trad. Jacy Tardia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. Série Polícia e Sociedade, n.7. (Tradução de: Modern Policing).

Bibliografia Complementar:

ARKE, Ronald V.; ECK, John E. **Crime Analysis for Problem Solvers in 60 Small Steps**. U.S. Department Of Justice. Office of Community Oriented Policing Service. 2003. Disponível em: <<http://www.cops.usdoj.gov/Publications/CrimeAnalysis60Steps.pdf>>. Acesso em 15/04/2014.
OLIVEIRA, Alexandre Magno de. **Os indicadores de qualidade para avaliação do policiamento comunitário na Polícia Militar de Minas Gerais**. Monografia (especialização) - Academia de Polícia Militar, Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Ementa:

Aquecimento, ginástica com exercícios de efeitos localizados e corrida. Volta à calma com exercícios de alongamento. Atividade lúdica. Olimpíadas. Aplicação do TAF.

Objetivos:

- a) Obter resistência aeróbica; aumentar a capacidade cardiorrespiratória; melhorar o desempenho profissional.
- b) Realizar uma série de exercícios com esforço de grupos musculares alternados; obter resistência anaeróbica e aeróbica; Resistir à fadiga.
- c) Proporcionar competição em diversas modalidades olímpicas entre os alunos do CFSd visando alcançar o desenvolvimento da integração por meio do esporte e divulgar a importância da prática física para a saúde e o bem-estar.

Bibliografia Básica:

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 089, de 07 de novembro de 2002. Aprova o Manual de Campanha C 22-20 – Treinamento Físico Militar. Estado Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2002.

POLLOCK, M.L.; WILMORE, J.H. **Exercícios na saúde e na doença**: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. 2. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

SILVA, O. J.; SILVA, T. J. C. **Exercício e saúde: fatos e mitos**. Florianópolis: UFSC, 1995.

Bibliografia Complementar:

COOPER, K. H. **Programa aeróbico para o bem estar total**. 3. ed. Rio de Janeiro: Melory, 1990.

DANTAS, H.M.E. **Flexibilidade**: alongamento e flexionamento. Rio de Janeiro: Shape, 1989.

FACÓ, J. **Princípios e métodos de instrução a defesa nacional**. Rio de Janeiro, v.12, nº 139, p. 188, jul/ago, 1952.

FERGITZ, Andréia Cristina. **Proposta de pontuação do teste de aptidão física nas fichas de promoção dos oficiais da polícia militar**. Monografia apresentada ao curso de graduação em segurança pública. UNIVALI/PMSC. Florianópolis, 2007.

GETTMAN, L.R. **Teste de aptidão física**. In: BLAIR, S.N., PAINTER, P., PATE, R.R., et al. (Coord.). Prova de esforço e prescrição de exercício. Rio de Janeiro: Revinter, 1984. p. 156-165.

GOLDING, L.A.; MEYERS, C.R., SKINNING, W.E. **Y's way to physical fitness**: the complete guide to fitness testing and instructions. 3. ed. Champaign: Human Kinetics, 1989.

MATHEWS, D.K. **Medidas de avaliação em educação física**. 5. ed. Interamericana, Rio de Janeiro: 1980.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceito e sugestões para um estilo de vida ativo. Londrina: Midiograf, 2003.

PAVEL, R.C.; ARAÚJO, C.G.S. **Nova proposição para a avaliação da flexibilidade**. Congresso Regional Brasileiro de Ciências do Esporte. Volta Redonda: 1980. (Tema livre)

Ementa:

Tiro policial com armas curtas – teoria e prática sob stress. Utilização do Método Giraldi. Tiro policial com armas longas – teoria e prática

Objetivos:

- a) Desempenhar-se como atirador policial de forma hábil e precisa, sem colocar em risco a segurança própria ou de terceiros.
- b) Ser capaz de utilizar as técnicas de tiro defensivo, com ênfase no Método Giraldi.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Alexandre Flecha; CAMPOS, Colemar Elias. **Técnicas do tiro ao alvo**: breve histórico e orientações. Goiânia: Independente, 1989.

_____. **Educação e qualificação do policial militar para o uso da força**. Goiânia: PMGO, 2011.

FLORES, Érico Marcelo e GOMES, Gerson Dias. **Tiro Policial**: Técnicas Sem Fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

LEÃO, Décio José Aguiar. **Quando atirar?** O conceito americano de força letal. In Revista Unidade – Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar. Porto Alegre. Associação para pesquisas Policiais – Companhia da Ideias, nº 45, jan./mar., 2001, p. 21-27.

GIRALDI, Nilson, Cel. QOR PMESP. **Manual de tiro defensivo de preservação da vida**, 1999.

OLIVEIRA, João Alexandre Voss de; GOMES, Gerson Dias e FLORES, Érico Marcelo. **Tiro de Combate Policial**: Uma Abordagem Técnica. Erechim: Editora São Cristóvão, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta das Nações Unidas para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Assembleia Geral realizada em 17 de dezembro de 1979.

Bibliografia Complementar:

_____. **Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Oitavo Congresso das para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. Havana: ONU, 1990.

SCHRODER, André Luiz Gomes. **Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei**. Edição Independente. Ano 2000.

PRIMEIRO INTERVENTOR	68 horas-aula
-----------------------------	---------------

Ementa:

Estrutura Estadual para enfrentamento de situações críticas. Doutrina de Gerenciamento de Crises. Primeira Intervenção em Crises. Noções de Negociação em Crises. Alternativas Táticas. Crises em Estabelecimentos Prisionais. Intervenção em crises envolvendo suicidas. Primeira resposta a incidentes com bombas e explosivos.

Objetivos:

Proporcionar o conhecimento sobre os aspectos legais e doutrinários necessários para que o policial militar responsável pelo trabalho de execução tenha condições de tomar as medidas iniciais no atendimento de ocorrências classificadas pela doutrina como crise policial.

Bibliografia Básica:

BOLZ, Frank; HERSHEY, Edward. Hostage cop. Nova York: Rawson-Wade, 1979.

CABRAL, Paulo C.S. O sistema de defesa social: aprendendo a gerenciar crises. Salvador, 1996.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GREENSTONE, James L. The elements of police hostage and crisis negotiations: critical incidents and how to respond to them. New York: Routledge, 2009.

KENNEDY, Carrie H.; ZILLMER, Eric. A. (Org.). Psicologia militar: aplicações clínicas e operacionais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 381-404.

LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. Gerenciamento de crises com reféns localizados. São Paulo: USP, 2002.

_____. Alternativas Táticas na Resolução de Ocorrências com Reféns Localizados. São Paulo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Diretriz Operacional de Ações com Bombas e Explosivos. Campo Grande: PMMS, 2011.

_____. Decreto Estadual n. 9668. Campo Grande, 1999.

MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Tentativa de suicídio: o traumático via ato-dor. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

MCMAINS, Michal J.; MULLINS, Wayman C. Crisis negotiations: managing critical incidents in law enforcement and corrections. 4th ed. New Providence: Matthew Bonder & Company Inc., 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção do suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília : Ministério da Saúde, OPAS, UNICAMP, 2006.

MONTEIRO, Roberto C. et al. Gerenciamento de crises. 7 ed. Brasília: Academia Nacional de Polícia-Departamento de Polícia Federal, 2007.

Bibliografia Complementar:

CORRÊA, Humberto; BARRERO, Sérgio P. (Org.). Suicídio: uma morte evitável. São Paulo: Atheneu, 2006.

DIAS, Maria L. Suicídio: testemunhos do adeus. São Paulo: Brasiliense, 1991.

D'OLIVEIRA, Carlos, F. Atenção a jovens que tentam suicídio: é possível prevenir. In: LIMA, Cláudia A. (Coord.). Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 177-184.

CRIMINOLOGIA	68 horas-aula
---------------------	---------------

Ementa:

Criminologia clássica e Criminologia crítica. estudos criminológicos sob os enfoques sociológico, jurídico, antropológico e psicológicos. Influência das teorias criminológicas nos movimentos de política criminal e nas modernas teorias penais. Situação da Segurança pública, do sistema judicial e da criminalidade urbana violenta na sociedade brasileira à luz das teorias criminológicas.

Bibliografia Básica

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro : Revan, 2002. 254 p
GOMES, Luiz Flávio; Molina, Antonio García-Pablos de. Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, lei dos juizados especiais criminais. 6. ed., reformulada, atual. e ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2008. (Coleção ciências criminais, v. 5.)
DE CASTRO, Lola Aniyar. Criminologia da libertação. Revan: 2005.

Bibliografia Complementar:

BERGER, Peter L. Perspectivas Sociológicas. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
Cláudio Beato Bráulio Figueiredo Alves da Silva Ricardo Tavares. Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n3/05.pdf>
INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE. Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança. São Paulo: ILANUD, 2002. Disponível em: <http://www.observatorioseguranca.org/pdf/Das-politicas-de-seguranca-publica-aspoliticas-publicas-de-seguranca---livro.pdf>. Acesso em: 03 maio 2012.
QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PROMOTOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA
--

51 horas-aula

Ementa:

Evolução histórica da polícia. Ideologias de polícia: modelo anglosaxônico, modelo latino e modelo oriental de Polícia. Paradigma de polícia para um Estado Democrático de Direito. Base conceitual de Polícia Comunitária. Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) e seus componentes. Análise e solução de problema de segurança.

Objetivos:

Identificar as principais definições, princípios e ferramentas administrativas da Polícia Comunitária que permitem usá-la como estratégia de preservação da ordem pública.

Bibliografia Básica:

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento: Uma análise internacional comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Série Polícia e Sociedade – n. 1. 2001. 267p.
DIAS NETO, Theodomiro. Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte americana. São Paulo: IBCCRIM, 2000.
GREENE, Jack R. (Org). Administração do trabalho policial. São Paulo: Editora da Universidade de SP. Série Polícia e Sociedade – n. 5. 2002. 177p.
MARCINEIRO, Nazareno e PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: Evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular. 2005.

Bibliografia Complementar:

BAYLEY, David H., SKOLNICK, Jerome H. Nova polícia: Inovações nas polícias de seis cidades norteamericanas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Série Polícia e Sociedade – n. 2. 2001. 257p.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. Policiamento Comunitário: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

POLÍTICAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

34 horas-aula

Ementa:

Promoção de mudanças organizacionais, de acordo com os paradigmas das modernas teorias de prevenção, controle e combate ao crime e à violência. Promoção de estudos e pesquisas sobre políticas de segurança pública levando em consideração a realidade atual e as novas técnicas e saberes sobre o tema.

Objetivos:

- a) Dimensionar os problemas locais relacionados à Segurança Pública;
- b) Discutir políticas e programas de prevenção ao crime e à violência;
- c) Interpretar o desempenho da articulação de parcerias junto aos órgãos públicos de outras esferas da Federação;
- d) Pesquisar sobre o envolvimento da sociedade civil organizada e lideranças comunitárias.

Bibliografia Básica:

BALESTRERI, Ricardo. **Direitos humanos: coisa de polícia.** Passo Fundo, RS: CAPEC, Pater Editora, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Imprensa Nacional, 2000.

SILVA, Jorge da. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Jorge da. **Controle da criminalidade e segurança pública: na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: Forense, 1990.

AL PAIXÃO. **A Distribuição da Segurança Pública e a Organização Policial.** Instituição Policial. Rio de Janeiro, 1985.

SOARES, L.E. **Segurança tem saída.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

TÓPICOS ESPECIAIS

Objetivos: Proporcionar que o aluno discuta temas importantes para a sua formação global, com temas não abordados nas disciplinas regulares oferecidas no curso. Estes conteúdos poderão ser ministradas na modalidade a distância.

Ementa: Aulas. Palestras e conferências. Nesta disciplina serão oferecidas oportunidades específicas para todos aluno do curso.

Bibliografia Básica:

Literatura específica ao tema ministrado.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

68 horas-aula

Ementa:

A deficiência auditiva e a surdez. Fundamentos históricos, filosóficos e legais da educação do Surdo. O sujeito surdo e sua cultura. A bordagens metodológicas na educação do surdo:

oralismo, comunicação total e bilinguismo. A estrutura da Língua Brasileira de Sinais: sinais básicos. Serviços de Apoio para atendimento das pessoas com surdez: e a mediação do intérprete.

Bibliografia Básica:

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez . Brasília, DF: SEESP / SEED / MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf Acesso em:15/10/2009.

FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo . Porto Alegre: Mediação, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, L. B (col.).Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa . Brasília, DF: MEC; 2004.

Bibliografia Complementar:

VILHALVA, Shirley . O Despertar do Silêncio. Rio de Janeiro: Arara Azul. 2012.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de língua brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. 1 e 2 v.

STROBEL, K. L; Dias, S. M. da S. (Orgs.). Surdez : abordagem geral. Curitiba: FENEIS, 1995. Skliar, Carlos (org.). A Surdez : um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

GESUELI, Z.; KAUCHAKJE, S.; SILVA, I. Cidadania, surdez e linguagem : desafios e realidades. São Paulo: Plexus Editora, 2003.”